

Centralidade da Citação em Processo Civil no Contexto Judicial Relatório Profissional

Ana Márcia do Amaral Vieira

Dissertação de Mestrado em Direito Especialização em Ciências Jurídico-processuais

Orientação: Professora Doutora Maria Elizabeth Moreira Fernandez



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

À Professora Doutora Elizabeth Fernandez.

Com agradecimento e reconhecimento pela colaboração e disponibilidade manifestada na orientação do presente trabalho.

A CENTRALIDADE DA CITAÇÃO EM PROCESSO CIVIL

A citação traduz-se num dos principais actos processuais, o qual no contexto das acções cíveis, muitas vezes conduz a uma extrema ou notória morosidade processual por não se localizar o Réu, e outras vezes, por originar a nulidade de actos judiciais (nomeadamente de decisões finais ou de mérito) devido a não se cumprirem os formalismos legais, muitas vezes inclusive, em nome, precisamente, da eficácia e da celeridade.

Este trabalho visa realizar uma reflexão sobre a importância da citação, no contexto do processo adjectivo civil, elegendo-a como um acto vital do processo civil, e dar um pequeno contributo para a melhoria do sistema quanto à realização das citações.

O objectivo é tentar implementar um conjunto de procedimentos adequados (mesmo sem exigir uma prévia alteração legislativa), para que a fase dos articulados se efective rapidamente, e sem vícios, para chegarmos ao fim último do processo civil: a decisão ou a sentença.

Perante o enquadramento de se tratar de um Relatório de actividade profissional, a autora elabora igualmente a descrição detalhada da actividade exercida, descrevendo a sua duração, localização espaço-temporal com caracterização e menção dos locais onde foi exercida e as funções desempenhadas, indicando-se ainda algumas decisões e soluções aplicadas em contexto judiciário ao longo da exposição inicial, com enfoque na temática relativa à citação.

No final, será realizada uma sintética análise sobre o nível de desempenho obtido no exercício das funções.

Palavras-chave: citação em processo civil, morosidade, eficácia, segurança, princípio do contraditório.

THE CENTRALITY OF CITATION IN CIVIL CASE IN FORENSIC CONTEXT

The citation translates into major procedural steps, which in the context of civil proceedings, often leads to an extreme or notable procedural delays by not locate the Defendant, and sometimes causes nullity of legal acts (including the final decisions) due to not fulfilling the legal formalities, sometimes even on behalf of, precisely, efficacy, and timeliness.

This work aims to develop a reflection on the importance of the citation in the context of civil proceedings, choosing it as a vital act of civil procedure, and make a small contribution to the improvement of the system as to the realization of citations.

The aim is to try to implement a set of appropriate procedures (even without requiring a prior legislative change), so that the phase of the pleadings takes effect quickly, and without vices, to reach the ultimate goal of civil procedure: the decision or sentence.

Given the framing of this study is a report of work, the author also elaborates the detailed description of the activity exerted by describing its duration, its spatiotemporal location and characterization indication of where it was carried out and the duties performed, indicating some decisions and solutions applied in the judicial context over the initial exposure, focusing on the theme on the service.

In the end, a synthetic analysis on the level of performance obtained in the exercise of functions will be performed.

Keywords: civil citation process, slowness, efficacy, safety, adversarial principle.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1ª Parte - A CENTRALIDADE DA CITAÇÃO EM PROCESSO CIVIL NO CONTEXTO JUDICIAL

Capítulo 1. Delimitação conceptual

1. A Relevância do acto de Citação
2. O princípio do processo civil tutelado pela citação (imperatividade de uma linguagem inteligível no acto de citação).

Capítulo 2. A dimensão da Segurança

1. A Exigência de uma citação «imaculada».
2. Anulação dos actos processuais.

Capítulo 3. A Dimensão da Celeridade.

1. A citação como potenciador de morosidade na Justiça.
2. Propostas para agilizar o acto de citação.
3. «Boas práticas» no contexto da citação.

Capítulo 4. Intervenção Judicial no controlo do acto de Citação.

1. A centralidade do artigo 566º do Código de Processo Civil.

2. O Dever de Gestão Processual versus «Activismo Judiciário».

2ª Parte-DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE PROFISSIONAL DESENVOLVIDA

Capítulo 1. Principais Dados Pessoais Relevantes da Autora.

Capítulo 2. Localização Espaço-temporal da Actividade Profissional

Capítulo 3. Caracterização do Exercício das Funções desenvolvidas

1. No Tribunal Judicial de São João da Pesqueira e Tabuaço
2. No 1º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca do Marco de Canaveses
3. No 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Matosinhos.
4. No 2º Juízo 2ª Secção Cível do Tribunal Judicial da Comarca do Porto.
5. No 1º Juízo da 3ª Secção do Tribunal Judicial de Execuções da Comarca do Porto
6. No 1º Juízo Cível do Tribunal da Pequena Instância Cível do Porto
7. No 3º Juízo da Instância Local Cível da Comarca do Porto

Capítulo 4. Reflexão Sobre o Nível de Desempenho Alcançado no Exercício da Actividade Profissional

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

ABREVIATURAS E SIGLAS

- A., AA.- Autor, Autores.*
AAFDL- Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa
Ac., Acs.- Acórdão, Acórdãos.
act.-actualizada.
Anot.- Anotado.
art./arts.-artigo/artigos.
BFDUC- Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
BGB- Burgerliches Gesetzbuch (Código Civil alemão).
BGH- Bundesgerichtshof, Supremo Tribunal Federal alemão.
BMJ- Boletim do Ministério da Justiça.
C.- Codex.
CC – Código Civil Português de 1966.
CCom – código comercial português.
Cfr.-Confrontar.
cit./cits.- citado, citada, cita-se; citação, citações.
CJ- Colectânea da Jurisprudência.
CJ/STJ- Colectânea de Jurisprudência-Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça.
coord.- Coordenação.
CPA-Código de Procedimento Administrativo.
CPC- Código de Processo Civil Português.
CRP-Constituição da República Portuguesa.
CRPred –Código do Registo Predial.
CSC-Código das Sociedades Comerciais.
C. Seabra – CS.
CT-Código do Trabalho.
Dir.-O Direito.
D.L.-decreto-lei.
DR-Diário da República.
ed./eds.- edição/edições.
loc. cit.- no lugar citado.
ob.-obra.
ob. cit.- na obra citada.

org.- organizador, organização.
p.- página.
pág., págs.- página, páginas.
p. ex.- por exemplo.
pp.-páginas.
RAU -Regime do Arrendamento Urbano português, aprov. pelo D.L.
 321-B/90, de 15/10.
RC-Tribunal da Relação de Coimbra.
RE-Tribunal da Relação de Évora.
reimp.-reimpressão.
rev.- revista.
RFDUL-Revista da Faculdade de Direito da Universidade de
 Lisboa.
RG-Tribunal da Relação de Guimarães.
RL- Tribunal da Relação de Lisboa.
RLJ- Revista de Legislação e Jurisprudência.
ROA- Revista da Ordem dos Advogados.
RP- Tribunal da Relação do Porto.
R., RR.- réu, réus.
RT-Revista dos Tribunais.
s.- seguinte.
sec.-secção.
seg.-seguinte.
sep.-separata.
ss.-seguintes.
STJ-Supremo Tribunal de Justiça.
supl.-suplemento.
TC-Tribunal Constitucional.
tir.-tiragem.
à v.gr.-verbi gratia, por exemplo.
Vol.- Volume.

INTRODUÇÃO

O presente relatório de actividade profissional pormenorizado tem como pano de fundo o exercício de funções como magistrada judicial que a autora vem realizando desde 1996, em tribunais de competência genérica e em juízos de competência especializada cível, nomeadamente em juízos que aplicaram o denominado regime processual civil experimental.

No enquadramento atinente à escolha de um tema conexionado com essa prática profissional, a fim de, enquanto parte integrante do relatório, se proceder a uma reflexão sobre a sua delimitação conceptual, a autora escolheu a questão relativa à «Centralidade *da citação*».

A escolha deste tema sobre a CENTRALIDADE DA CITAÇÃO EM PROCESSO CIVIL, deve-se ao facto de entendermos tratar-se de uma problemática pertinente e actual sobretudo em face do novo Código de Processo civil, onde impera o princípio de não deverem ocorrer decisões surpresa, e o da igualdade, consagrando-se, assim, e sempre a imperatividade da audição da parte contrária.

A origem desta reflexão funda-se na prática pessoal de cerca de 20 anos de experiência como juíza¹ na área civil (declarativa e executiva), que permitiu à autora constatar que - em incontáveis processos o tempo que demora a realizar uma citação (que por vezes ultrapassa um ano) com a inerente nefasta imagem do sistema de justiça e, por outro lado, a circunstância de a citação se for realizada incumprindo algum formalismo

¹ Juíza de Direito com o Curso de Especialização de Gestão e Organização da Justiça ministrado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Unidade de Formação Jurídica e Judiciária, o qual tinha protocolo com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e o Conselho Superior da Magistratura (com duração de um ano).

legal, – ao não ser «imaculada», – poder conduzir à anulação de inúmeros actos processuais, nomeadamente de sentenças.

Na sequência dos ensinamentos obtidos no seio da doutrina e jurisprudência e na prática profissional, pretendo demonstrar que a citação poderá vir a ser muito mais célere e segura mediante a adopção de práticas adequadas de gestão de recursos humanos e de métodos de trabalho, sem se exigir qualquer nova reforma de processo civil e sem qualquer custo acrescido em termos financeiros e com a virtualidade de se evitarem gastos desnecessários decorrentes de uma tramitação menos eficaz.

Dando eco à ideia versada de que este problema para ser ultrapassado exige o trabalho activo do poder executivo e judicial, nasceu a ideia de tentar dar algum contributo na «agilização» na realização das citações, mas sobretudo para sua «segurança» ao evitar-se que o não cumprimento de todas as formalidades gere a ocorrência de nulidades.

Numa frase, pretendemos dar algumas sugestões quanto ao sistema das citações, visando a celeridade e a segurança (que a mesma efectivamente haja chegado ao conhecimento do seu destinatário de forma integral e correcta), valores tão decisivos e relevantes para a boa imagem da justiça e para o Estado de Direito.

Se atentarmos na obra da autoria de Conceição Gomes «Os Atrasos na Justiça», na qual se salienta que os cidadãos têm necessidade de justiça no tempo em que lhes *“seja útil e não no tempo em que ela pode chegar”*, e se analisarmos essa problemática tão actual e importante, face aos reflexos nefastos que tem ao nível económico e social, concluimos que essa morosidade ocorre sobretudo em processos complexos e tem causas multifactoriais, e em nosso entender, uma delas contende precisamente e de forma vincada com o instituto da citação.

A circunstância de os tribunais contribuírem de forma notória para o desenvolvimento da economia, justifica-se porque uma decisão tomada em

prazo razoável, justa e fundamentada, é naturalmente um elemento de tranquilidade, e de confiança para os cidadãos, nomeadamente para os diferentes actores económicos (vide, Entrevista ao Diário Económico, 24 Agosto 2012).

De resto, Parafraseando Boaventura de Sousa Santos *«muitos problemas se resolviam no nosso sistema judiciário se alguém, com um pouco de conhecimentos de gestão e de organização, fosse analisar o que se passa. Seria tão simples eliminar algumas irracionalidades do sistema sem para tal ser necessário mudar as leis.»* .

O desenho de um bom regime de citação como sinónimo de uma «auto-estrada» que permite uma «circulação» com rapidez e segurança quanto á tramitação processual, é nuclear para a celeridade e boa imagem da justiça.

Tenho consciência que certamente este enfoque quanto à ligação do acto de citação à morosidade da Justiça não será muito comum, dado que são apontadas inúmeras causas para esse sentimento, mas não se analisa esta problemática objectiva, mas perfilho o entendimento de que a realização de uma citação perfeita e célere é uma das «pedras-de-toque» para uma boa administração da justiça.

Nessa medida, entende-se que ao introduzirem-se notas de «celeridade» e «segurança» na citação, estará a contribuir-se de uma forma extremamente relevante, para uma maior celeridade e garantia no âmbito processual, porque por um lado se evita a extrema demora em se localizar o réu de forma a se impulsionar o processo, e por outro lado também se evita a eventual anulação de actos processuais, devido a irregularidades na citação, reduzindo-se, assim, também a utilização da citação edital.

De resto, é patente para quem tramita as acções, que se constata que as tentativas de citação de alguma pessoas singulares ou colectivas, muitas vezes se eternizam muito para além do desejável, - tentativas de localizar o

Réu que demoram cerca de um ano - criando uma imagem de inoperacionalidade dos tribunais que poderá ser evitada sem necessidade inclusive de se alterar profundamente a legislação processual civil, através da aplicação de alguns princípios simples na forma como se realizam as citações no direito civil.

Numa palavra, creio que as citações quando não executadas correctamente, contribuem para um «atraso» considerável na tramitação processual, que urge colmatar ou minimizar dentro do possível e com a dedicação de todos os operadores judiciais.

Este tipo de olhar quanto à ligação da citação à morosidade, está reflectido no estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos, onde se refere que segundo os dados da análise econométrica, a duração da citação corresponde aproximadamente a 49 por cento da duração temporal do processo e que a duração média do processo é inferior em cerca de 467 dias quando a forma de citação é postal relativamente aos processos em que se procede à citação edital (um processo onde se recorra à citação edital dura pelo menos mais um ano que um processo onde se recorra à citação postal).

No predito estudo sugere-se, nomeadamente (a par de se encurtarem as tentativas de citação presencial e da eliminação da citação edital e criação de uma lista pública de réus ausentes e ampliação das possibilidades de impugnação da sentença proferida à revelia), que a lei faça uma consagração legal do domicílio oficial a consagrar no Arquivo de Identificação Civil ou na Autoridade Tributária e Aduaneira para as pessoas singulares e no Registo Comercial para as pessoas colectivas, e que se faça a citação por via postal para essa morada e caso a carta venha devolvida que seja tentado o contacto presencial e, frustrando-se o mesmo, que se faça o depósito na caixa postal do domicílio oficial (mesmo que se apure que o réu não vive nessa morada, o que ditaria a eliminação da citação edital).

Em aditamento menciona-se que, e tal como bem salientado no referido estudo da Fundação, que este problema atinente à citação não é sequer existente num país como a Alemanha dado que não se admite a recusa do réu em ser citado e não se exige que a carta seja remetida com aviso de recepção, bastando a entrega na caixa do correio do destinatário para o domicílio oficial (registos civis), apenas se recorrendo à citação pública por determinação judicial após pedido de informações céleres junto da policia e conservatórias de registo.

Porém, resulta que neste país existe a tradição de se terem os elementos domiciliários devidamente actualizados e centralizados e as portas dos prédios têm a identificação do seu titular.

Do exposto, resulta que a citação e a sua concretização de forma totalmente transparente e perfeita são absolutamente vitais para o nascimento e desenvolvimento da acção permitindo a concretização do princípio do contraditório e da igualdade no contexto processual, e nisto se traduz a sua *centralidade*.

Ulteriormente à análise deste tema será realizada uma enunciação minuciosa da actividade profissional de juiz exercida pela autora, indicando-se os locais onde foi concretizada e a forma como foi desempenhada; fazendo-se o enquadramento quanto à «*centralidade da citação*», no contexto profissional ao longo da explanação da reflexão sobre esta temática com indicação das soluções e decisões concretas que foram sendo seguidas.

No final será realizada uma análise sobre o nível de desempenho obtido no exercício da actividade profissional, nomeadamente com enfoque centrado nos relatórios de Inspecção realizados ao longo da carreira.

É disto que se trata no presente relatório de actividade detalhado.

PRIMEIRA PARTE

A CENTRALIDADE DA CITAÇÃO EM PROCESSO CIVIL NO CONTEXTO JUDICIAL

CAPÍTULO 1

1.DELIMITAÇÃO CONCEPTUAL

A citação constitui um acto de crucial importância no processo, pois é, conforme dispõe o artigo 219º, nº 1, CPC, o acto através do qual se dá conhecimento ao réu de que foi proposta contra ele determinada acção e se chama ao processo para se defender (artigo 563º do CPC), a qual se emprega ainda para chamar pela primeira vez alguma pessoa interessada na causa; estando-lhe ainda associados inúmeros outros importantes efeitos (cessação da boa fé do possuidor; estabilização da instância nos termos do artigo 260º CPC; inibição do réu de propor acção destinada à apreciação do mesmo objecto – alíneas a) a c) do artigo 561º CPC; interrupção da prescrição – artigo 323º CC; constituição do devedor em mora nas obrigações sem prazo – artigo 805º CC.).

A lei consagra quatro modalidades de citação: citação feita por contacto pessoal (arts 231º); citação via postal registada (art. 228º); citação via postal simples (artº 229º) e citação edital (art. 236º e 240º), sem prejuízo de se dever enunciar a citação por transmissão electrónica de dados (artigo 132º e 225º do CPC).

Traduz-se no acto pelo qual o réu se integra na relação processual, obtendo a posição de parte no processo que era inicialmente integrado pelo

estado e pelo Autor, a fim de apresentar a sua defesa, concretizando desta forma um dos princípios nucleares da nossa lei adjectiva civil, - *o princípio do contraditório*.²

A citação exerce uma tripla função no contexto judicial, ao transmitir o conhecimento, ao fazer um convite ao réu para apresentar a sua defesa ou a sua versão dos acontecimentos, e ao constituir o réu como parte na acção³.

Por outras palavras, a citação em termos paradigmáticos transmite ao réu que foi instaurada contra o mesmo uma acção, e que o mesmo tem um prazo para responder ou defender-se, e que no caso de não apresentar tempestivamente essa defesa, serão admitidos os factos alegados pelo autor, com a inerente implicação de eventual procedência da acção.

A citação surge assim como um acto de declaração de ciência e um acto jurídico constitutivo.

O artigo 227º do CPC estabelece que se deve entregar ao réu o duplicado da petição inicial e cópia dos documentos que a acompanhem, mas também que se tem de dar as indicações necessárias para que o réu fique absolutamente consciente de que é chamado para apresentar a sua defesa numa dada acção devidamente concretizada e se indica o prazo para se contestar e a necessidade ou não de patrocínio e as cominações em caso de revelia.

Othmar Jauernig⁴ refere a este propósito: ***«É-se, assim, autor na acção por declaração sua e réu pela indicação na acção e citação nesta da pessoa indica.»***.

² António Santos Abrantes Gerales, in Temas Judiciários, Citações e Notificações em Processo Civil, Custas Judiciais e Multas Cíveis, Volume I, Almedina 1998, pág. 21 .

³ FREITAS, José Lebre de – A Acção Declarativa Comum, à Luz do Código de Processo Civil de 2013, 3º ed., p.63 a 65.

⁴ JAUERNIG, Othmar – Direito Processual Civil, Almedina, pág.98.

A citação transmite à parte que deve participar activamente na formação da decisão judicial participando no processo do conhecimento.

A citação só se emprega uma vez e em relação a cada um dos sujeitos passivos, sendo que após a sua concretização, o demandado, ulteriormente será apenas notificado. O acto de notificação poderá ser definido como o acto de chamar alguém a tribunal, que não tenha interesse directo na causa, e que não precise de se defender.

1.Relevância do acto de Citação

Aquando da mera propositura de uma acção em juízo a mesma só existe perante o Autor da mesma e o Estado, dado que a instauração da acção apenas tem efeitos perante o réu quando o mesmo for validamente citado.

A passagem da justiça privada para a estadual implicou a existência de um processo ou procedimento perante o tribunal - «A “*descoberta*” de um processo para a realização da ordem jurídica representa um dos maiores sucessos do espírito humano».⁵

A centralidade da citação está espelhada no artigo 10º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que estabelece que «*todos têm direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida sobre os seus direitos e obrigações.*». O tratamento equitativo das partes exige o direito à discussão contraditória e direito à igualdade de armas porque o processo equitativo exige que a parte contrária tenha a possibilidade de expor os seus

⁵ Othmar Jauerning, Direito Processual Civil, Almedina, pág. 35 a 36.

argumentos e defesa em termos similares ao da parte inicial – numa palavra, exige-se a audição da contra-parte.⁶

Poder-se-á considerar que a citação é um acto vital para a existência jurídica de um processo⁷, e pressuposto de validade da relação processual quando feita de forma válida.⁸

Considera-se que, se não existir citação válida nem o comparecimento voluntário do demandado, a sentença que venha a ser proferida se traduz num acto jurídico inexistente.

Ancorando-nos no Mestre Alberto dos Reis (in Comentário ao Código de Processo Civil, II, 617) importa que a citação: «...seja um acto sério e eficiente, isto é, que ao réu seja dado conhecimento da existência do pleito e colocado assim em condições de se defender, mas importa igualmente que seja um acto, tanto quanto possível, rápido, isto é que sejam postos á disposição do tribunal meios suficientes para obstar que o réu procure fugir á acção da justiça, frustrando-se sucessivamente á diligência de citação.» (Sic).

Nesta afirmação está contida, no nosso entender, a noção e finalidade e a extrema importância da citação no contexto da acção declarativa civil (de resto trata-se de um dos actos mais regulamentados no contexto do código) - atrever-me-ia a dizer, que a citação será um dos actos mais relevantes do processo civil porque permite o andamento do processo dada a passagem da fase dos articulados para a do julgamento e permite a

⁶ Neste sentido vide Lebre de Freitas, in Estudos sobre o Direito Civil e Processo Civil, V. I, 2ª ed., Le Respect Des Droits de La Defense Lors De L, Introduction De L, Instance, pág. 44 a 66: «La connaissance effective, de la cause exige, d'une part, la communication, par l'act de citation, d'un certain nome de donnés formant son contenu minimum et, d'autre part, que cette transmission soit faire au défendeur en personne ou qu'elle arive dans son domaine de controle.» (sic).

⁷ Scarpinella Bueno, Cássio, Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil- V.I, São Paulo, p. 395.

⁸ Nelson Nery Jr. E Rosa Maria Nery, Código de Processo Civil Comentado- 9º ed,- São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, pag. 404.

obtenção de todo o objecto do litigio, e conduz a consequências nefastas se não respeitar todas as formalidades.

Cumpre mesmo referir um artigo do nosso código de processo civil que espelha de forma nítida o que significa para o legislador a citação, poderíamos dizer, a centralidade da citação.

Ao realizar esta afirmação poder-se-ia entender que me refiro ao artigo 228º nº1 do CPC, dado indicar o seu conceito, todavia estou a invocar **o artigo 566º do actual CPCivil**.

Considero este normativo como sinónimo da atribuição do papel de «actor principal» pelo legislador ao acto de citação, e igualmente ao dever do tribunal analisar as formalidades, ao determinar que no contexto das citações, cumpre aos tribunais assegurar o exercício ao contraditório pela parte contrária (sem prejuízo de se dever indicar o artigo 851º do CPC no contexto das acções executivas).

O citado normativo da lei adjectiva civil (artigo 566º do CPC) dispõe: *«Se o réu, além de não deduzir qualquer oposição, não constituir mandatário nem intervier de qualquer forma no processo, verificará o tribunal se a citação foi feita com as formalidades legais e ordena a sua repetição quando encontre irregularidades.»*.

Neste imperativo legal para o Juiz está sintetizada a extrema importância que é dada à citação e à necessidade de o tribunal perante a não contestação ou intervenção do réu dever verificar toda a tramitação da citação e se encontrar alguma irregularidade, deve determinar a sua repetição.

Repare-se que o legislador não fala em nulidade ou vício relevante, exige tão só um não cumprimento de qualquer formalidade legal (uma irregularidade), por mais insignificante e leve ou secundária que seja, para que se deva determinar a repetição da citação.

Ao sistema processual civil repugnam as decisões proferidas à revelia dos interessados porque a ausência de um contraditório efectivo poderá gerar riscos de injustiça material (para outros desenvolvimentos quanto ao conceito e modalidades da citação, vide *Prontuário de Formulários e Trâmites*, Volume I, *Processo Civil Declarativo*, pág.476 a 541 e António Montalvão Machado e Paulo Pimenta, *o Novo Processo Civil*, 11ª Edição, pág153 e *Citações e Notificações em Processo Civil*, Comissão para a Eficácia das Execuções, António José Fialho, 2011, disponível na Internet).

Este acto de citação (vide A. Geraldes, in *Temas Judiciários*, I Volume, 1998, pág. 21) constitui o meio privilegiado para a concretização de um dos princípios fundamentais do Processo Civil: o princípio do contraditório, isto porque é através da citação que se dá conhecimento da petição ou requerimento inicial e que se propicia à parte contrária, a faculdade de deduzir oposição ao pedido do Autor, independentemente das diversas formalidades dos vários processos, e explanar toda a sua defesa (princípio da concentração).

Ao lado do artigo 20º, nº 1, da Constituição da República Portuguesa, no qual é assegurado a todos o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos, existe a estatuição de que todos têm direito a que uma causa em que intervenham seja objecto de decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo (artigo 20º, nº 4, da Constituição da República Portuguesa).

Nesta dualidade está espelhada a chamada *concepção heurística do processo civil*, desenvolvida por Miguel Teixeira de Sousa ⁹, que entende

⁹ Um Novo Processo Civil Português: a la Recherche du temps perdu?» in *Novos Rumos da Justiça Cível – Conferência Internacional – Centro de Estudos Judiciários*, 9-4-2008, DGPJ.

que o processo está primordialmente orientado para a descoberta da verdade e que defende que o processo deve ser ganho pela parte que tem razão (sendo o oposto da concepção argumentativa que acha que vence a causa a parte que tiver melhores argumentos); todavia o processo não pode ser só constituído pela dimensão da verdade, há que considerar a dimensão do tempo e dos custos – equação processual.

O processo civil deve garantir o máximo de verdade no mínimo de tempo possível e com menores custos – eficácia: se por um lado é imperioso a segurança na feitura da citação por outro lado a eficácia é vital de forma a não se perpetuarem no tempo os actos de citação com elevados custos inerentes.

A eficácia, segundo Paula Meira Lourenço¹⁰ *é a virtude de se produzir o efeito pretendido ou o poder de realizar convenientemente, despendendo o mínimo de esforço e recursos, ou a medida segundo a qual os recursos são convertidos em resultados da forma mais económica.*

Como forma de demonstrar a centralidade da citação veja-se o Ac. da RC de 03-07-2012 (disponível na base de dados da DGSI, local de proveniência de toda a jurisprudência indicada sem menção de outra origem):

«Sumário: 1. Por força da introdução do n.º 2 do artigo 814.º do Código de Processo Civil, operada pelo decreto-lei n.º 226/2008, de 20 de Novembro, no que respeita aos fundamentos de oposição, o requerimento de injunção a que foi aposta a fórmula executória foi equiparado à sentença...

3. O n.º 2, do artigo 814.º do Código de Processo Civil, na redacção introduzida pelo decreto-lei n.º 226/2008, de 20 de Novembro enferma de

¹⁰ Justiça Cível: Eficiência e novas formas de gestão processual, Novos Rumos da Justiça Cível – Conferência Internacional – Centro de Estudos Judiciários, 9-4-2008, DGPJ.

*inconstitucionalidade material por violação do direito de defesa e do princípio da reserva do juiz.»(sic).*¹¹

Da leitura do predito Acórdão resulta que um dos fundamentos para esta declaração de inconstitucionalidade e consequente não aplicação do artigo 814º nº2 do CPC (que conduz a que nas oposições à execução baseadas em injunção possa o executado deduzir fundamentos de oposição diversos dos que pode invocar em sede de execução de sentença) se centra precisamente na forma como é feita a citação em sede de processo de injunção e nas advertências que indica no acto de citação.

¹¹ Conforme se refere no predito Acórdão, e passo a citar a parte atinente a esta reflexão, a fim de não adular a eloquência da exposição:«.. O requerido do procedimento de injunção é notificado por carta registada com aviso de recepção para, em quinze dias, pagar ao requerente a quantia pedida, acrescida da taxa de justiça por ele paga, ou para deduzir oposição à pretensão (artigo 12º, nº 1, Regime dos procedimentos a que se refere o artigo 1º do decreto-lei nº 269/98, de 01 de Setembro). A lei determina o conteúdo da notificação a efectuar o requerido (artigo 13º do Regime dos procedimentos a que se refere o artigo 1º do decreto-lei nº 269/98, de 01 de Setembro). A notificação do requerimento de injunção cujo conteúdo se acaba de rememorar provém de uma entidade administrativa (o Balcão Nacional de Injunções) e não consta da mesma qualquer referência ou advertência de que a falta de oposição do requerido determinará o acerto definitivo da pretensão do requerente de injunção. Essa notificação apenas permite ao requerido concluir que, na falta de oposição, será aposta fórmula executória no requerimento de injunção, assim se facultando ao requerente da injunção a instauração de acção executiva. Pode assim afirmar-se, de forma segura, que o requerido no procedimento de injunção, em face da notificação que lhe é efectuada, não é advertido de que sobre si impende um qualquer ónus de oposição, se quiser evitar um acerto definitivo do caso.

Ora, é dificilmente explicável que num procedimento tramitado por uma entidade administrativa, não investida no exercício da função judicial, se possa lograr uma composição definitiva do caso sem que sejam observadas as advertências que se impõem na generalidade dos procedimentos judiciais, inclusivamente na própria acção declarativa especial para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contrato (veja-se o artigo 235º do Código de Processo Civil, também aplicável aos processos especiais por força do disposto no artigo 463º, nº 1, do mesmo diploma legal).

E isso é ainda mais inexplicável quando na acção declarativa especial para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contrato o legislador teve o cuidado de esclarecer que a decisão a conferir força executiva à petição, no caso de revelia operante do réu, tem o valor de uma decisão condenatória, sendo em todo o caso essa atribuição de força executiva à petição impedida quando ocorram, de forma evidente, excepções dilatórias ou quando o pedido seja manifestamente improcedente (artigo 2º, do Regime dos procedimentos a que se refere o artigo 1º do decreto-lei nº 269/98, de 01 de Setembro). Na nossa perspectiva, a equiparação legal do requerimento de injunção a que foi aposta a fórmula executória a uma sentença de condenação contende não só com as garantias de defesa do requerido por omissão das necessárias advertências aplicáveis em qualquer processo judicial, mas também com as exigências constitucionais do processo equitativo por se traduzir numa injustificada e desproporcional restrição dos fundamentos da defesa..Face ao exposto, uma vez que o nº 2, do artigo 814º do Código de Processo Civil[21] viola o disposto nos artigos 20º, nº 4 e 202º, nº 1, ambos da Constituição da República Portuguesa, ao abrigo do disposto no artigo 204º da Constituição da República Portuguesa, com fundamento em inconstitucionalidade material, recusa-se a aplicação daquele normativo....»(sic).

Considerou-se em resumo que devido ao teor da notificação do Réu (e no caso, se me permitem, esta terminologia em vez de citação poderá causar uma perturbação na valoração do acto já que é através da citação que se chama alguém ao processo o qual não o conhecia antes) que não indica as mesmas cominações que no acto de citação num processo declarativo, não poderia o legislador equiparar o requerimento de injunção a uma sentença.

Concordamos inteiramente com a referida conclusão na medida em que de facto se constata que o teor e a forma de notificação para deduzir oposição à injunção não permite o mesmo tipo de garantias que são conferidas numa citação em sede de processo declarativo (de salientar de resto que na Reforma do Processo Civil é eliminado o nº 2 do artigo 814º do Código de Processo Civil, deixando o requerimento de injunção em que foi aposta fórmula executória de ser equiparado à sentença.).

Neste ponto cumpre-me apenas enunciar a dúvida que se me suscita em termos de constitucionalidade, se em sede das injunções ao não terem nenhum Juiz que verifique a legalidade da citação no chamado balcão de injunções que não possa aplicar o artigo 566º do CPC, se não se colocará em causa o principio da igualdade e do contraditório por contraposição das acções doutra natureza.

Talvez essa questão fosse colmatada se fosse colocado um Magistrado no balcão de injunções de forma a analisar os termos das notificações, usando a terminologia desse diploma, e determinar a sua eventual repetição.

Neste contexto e quanto às injunções considera-se que o legislador deveria realizar uma intervenção legislativa profunda quanto á realização das citações visto que podem surgir diversas situações que impliquem a repetição de actos de citação que foram realizados no «balcão de injunções» de forma não totalmente perfeita.

Desde logo devemos indicar a questão da mera declaração do requerente da injunção de que existe domicílio convencionado sem que seja junto esse contrato ou haja alguma entidade que realize essa averiguação, a qual só poderá ocorrer quando por qualquer circunstância o processo é remetido para o tribunal ou é suscitada a questão pela parte contrária.

Nestes caso o tribunal deverá solicitar a junção de cópia do contrato onde conste essa alegada morada e muitas vezes se tem de proferir despacho similar ao seguinte: «...*A Autora junta cópia de contrato onde alega constar a morada convencionada.*

No caso, o art. 2º, nº 1 do DL 269/98, aditado pelo DL 383/99 de 23/9, veio estabelecer que, nos contratos reduzidos a escrito que sejam susceptíveis de desencadear procedimentos destinados a exigir o cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos de valor não superior à alçada do tribunal de primeira instância, podem as partes convencionar o local onde se consideram domiciliadas, para efeitos da realização da citação ou notificação, em caso de litígio.

E o art. 1º-A do DL 269/98, aditado pelo DL 383/99, com a redacção que lhe foi fixada pelo DL nº 183/2000 de 10 de Agosto, veio permitir que, nos casos de domicílio convencionado - nas acções judiciais destinadas a exigir o cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contrato reduzido a escrito a que alude o nº 1 do art. 2º do diploma preambular - a citação efectua-se nos termos do art. 237º-A do CPC anterior e artigo 229 do CPC.

Vale isto por dizer que, nos requerimentos de injunção referentes a contratos com domicílio convencionado, a notificação/citação pode ser efectuada por via postal simples.

Significa que as partes, relativamente a um contrato, convencionaram um domicílio electivo, para efeitos de nele ser demandado o devedor, para aí

ser exigido o cumprimento da obrigação que assumiu mediante determinado contrato.

Domicílio convencionado é, portanto, o que é fixado para efeitos de poder ser demandado judicial ou extra-judicialmente para dele ser exigido o cumprimento da obrigação por si assumida com a outorga do contrato.

Citando o Conselheiro Salvador da Costa, por domicílio convencionado deve entender-se “o que é fixado pelas partes em contratos escritos para efeito de o eventual devedor ser procurado pelo credor ou por algum órgão judicial ou administrativo com vista ao cumprimento das obrigações deles decorrentes”

E esta convenção há-de constar de contrato escrito (art. 2º, nº 1 do DL 269/98, aditado pelo DL 383/99 de 23/9).

Resulta que a Autora refere que havia contrato escrito e como tal haveria que considerar que existia domicílio convencionado e no caso foi feita a notificação através de carta por via postal simples.

Todavia, no caso resulta que em nosso entender não existe domicílio convencionado porque não consta nenhuma cláusula expressa nesse sentido, e como tal a citação não foi feita em conformidade com o termos legais.

Conforme refere o Ac da RP de 13-07-2011 disponível na base de dados da DGSI: «Sumário: III- É nula a notificação do requerimento de injunção em que não tenha sido mencionado que se trata de domicílio convencionado, por preterição de formalidades legais especiais, nulidade essa que deve ser atendida, independentemente do prazo previsto no n.º 2 do art.º 198.º do CPC, em obediência ao princípio do contraditório e para efectivo direito de defesa. »

Assim, neste caso e dada a inexistência de uma convenção escrita resulta que não existe domicílio convencionado.

Assim, é patente que não poderá considerar a citação com prova de depósito e o Réu terá que ser citado atento o teor do artigo 566 do NCPCivil nos termos gerais.

Deverá citar-se o Réu para a morada indicada, mas por carga registada com a/r, nos termos do artigo 566 do CPC».

Por fim, e ainda no contexto das injunções é frequente determinar a repetição da citação (notificação) quando por qualquer circunstância o processo é distribuído ao tribunal, dado que nem sempre se realizam as pesquisas integralmente: *«Compulsado o histórico informático do Balcão das Injunções, resulta que não se poderá considerar o Réu pessoa singular como tendo sido notificado para contestar a injunção uma vez que a pesquisa realizada não abrangeu todas as bases de dados indicadas expressamente pelo artigo 12 n.º3 do DL 269/98, de 1/9, sendo que o n.º5 desse normativo exige que sejam dirigidas cartas para todas as bases do n.º3 (dado que quanto ao Réu só constam duas pesquisas no histórico informático e as bases são em maior número- pelo menos 4: Finanças, CRSS, BI e DGV).*

Assim, deverá proceder-se á citação do Réu pessoa singular atento o teor do artigo 566 do CPC, por carta registada com a/r para a morada indicada.».

2.Princípios do Processo Civil Tutelados pela Citação

A citação é o veículo para concretizar o princípio do contraditório e em nosso entender o da igualdade das partes, dado que permite a aquisição integral do objecto processual e a sua decisão.

O princípio do contraditório é um dos principais princípios do sistema judiciário dado que sem o seu cumprimento não se considera possível obter uma solução justa, visto que só com a audição das partes é que o tribunal poderá apreender os fundamentos do litígio: «da discussão nasce a luz».

Estabelece que cada uma das partes é convidada pelo tribunal para alegar as suas razões, sendo que ao longo dos autos, em todas as fases processuais, existe um «diálogo» entre as partes, o qual permite considerar-se que o processo tutela a igualdade das partes. Nos termos do artigo 3º do CPC, salvo casos de manifesta desnecessidade, não é permitido ao tribunal decidir questões de direito e de facto, sem que as partes tenham a possibilidade de sobre as mesmas se pronunciarem.

Consideramos tratar-se do acto mais importante no processo dado que chama o réu ao processo para apresentar a sua defesa e permite o seu desenvolvimento regular.

No contexto da segurança resulta que a citação para permitir o cumprimento efectivo do princípio do contraditório é exigido que esse acto seja realizado numa linguagem perceptível e inteligível, o que implica que se poderia realizar no acto de citação uma explanação sobre o teor desse acto e o seu significado. É imperativo que os actos que surgem com uma linguagem técnica e hermética sejam tornados acessíveis á leitura e compreensão de todos os cidadãos.

A título exemplificativo, se verificarmos na notificação para contestar a injunção é indicado que em caso de não contestação se «confere força executiva» ao requerimento inicial, sendo que em nosso entender essa expressão deveria ser esclarecida devidamente

visto que se apresenta como um pouco difícil ou ambígua para ser entendida pelo homem médio.

Em nosso entender dever-se-iam simplificar os termos e combinações da citação numa linguagem acessível a todas as pessoas, ou pelo menos a manter-se a terminologia habitual, dever-se-ia fazer um resumo do significado do acto de citação, das combinações e alcance concreto.

O princípio do contraditório só dessa forma se efectiva.

Feita esta introdução vejamos agora as duas dimensões em que considero dever ser enquadrado o acto de citação: **segurança e eficácia ou celeridade.**

CAPITULO 2

A DIMENSÃO DA SEGURANÇA

Os tribunais não podem deixar de ser exigentes na averiguação do condicionalismo de uma citação, de modo a saber se foi dado conhecimento efectivo a uma entidade de que está accionada judicialmente, para que possa exercer com plenitude o seu direito de defesa. Trata-se de uma problemática jurídica e ética a respeitar, designadamente por quem intervém no acto de citação (Vide, Ac do STJ 14-5-1996 in CJ 1996, STJ II, 74).

Como é sabido, a falta de citação constitui uma nulidade principal ou típica, podendo constituir nomeadamente, na falta completa de citação ou quando haja erro na identidade do citado ou quando se tenha empregado indevidamente a citação edital; quando se mostre que foi efectuada depois do falecimento do citando ou da extinção deste, tratando-se de pessoa colectiva ou sociedade; e quando se demonstre que o destinatário da citação pessoal não chegou a ter conhecimento do acto, por facto que não lhe seja imputável (artigo 188º do CPC).

Nos termos do nº2 do citado preceito existe falta de citação igualmente quando a carta para citação haja sido enviada para o domicílio convencionado, sendo que a prova da falta de conhecimento do acto deve ser acompanhada da prova de mudança de domicílio em data posterior àquela em que o destinatário alegue terem-se extinto as relações do contrato (ficando a nulidade decretada sem efeito se no final, não se provar o facto extintivo invocado).

O artigo 188º do CPC menciona os casos em que deve ter-se como verificada a falta de citação, sendo que a sua alínea c) refere-se ao emprego

indevido da citação edital. Por outras palavras, há falta de citação, segundo o critério plasmado na lei adjectiva civil, designadamente, não só quando não exista qualquer aparência de citação (por omissão completa do acto) ou no acto se tenha empregado indevidamente a citação edital - Cfr. artº 188 nº 1 do CPC.

A falta de citação conduz à nulidade de todo o processado após a petição inicial (artigo 187º), ou pode dar origem a recurso de revisão e oposição à execução.

Nos termos do artigo 191º do CPC a citação é nula quando não hajam sido observadas as formalidades prescritas na lei.

A nulidade de citação deve ser arguida no prazo da contestação (artigo 191 do mesmo diploma) e conduz à anulação dos termos subsequentes que dependam do acto anulado (artigo 195º do CPC).

Porém, não devemos deixar de ter em conta que o regime da nulidade da citação é de novo equiparado ao regime da falta de citação quando o réu não tem intervenção processual nos autos, porque neste caso, o tribunal tem o dever de verificar se a citação cumpriu as formalidades legais e deverá mandar repetir o acto se tal não ocorrer (vide Lebre de Freitas, in Estudos Sobre o Direito Civil e Processo Civil, Vol.I, pág. 110).

Existem muitas situações jurídicas nas quais se poderá equacionar a questão da efectiva realização da citação e que ao serem analisadas irão conduzir a uma certeza ou garantia de que a citação efectivamente chegou ao conhecimento da parte contrária.

Alicerçando-me na experiência vivida nos tribunais, poderão enunciar-se algumas situações abstractas que poderão conduzir à anulação do acto de citação ou a incidentes atinentes, muitas vezes invocados como fundamento de oposição à execução de execuções fundadas em sentenças ou de injunções ou recursos ou incidentes de nulidade e poderão

desencadear a sua anulação, com a inerente retoma do acto inicial no processo declarativo.

Afigura-se-nos que estas situações não exigem grandes explicações sobre as consequências negativas que implicam, para as partes e imagem do próprio sistema de justiça, dado que nomeadamente poderão colocar em causa um título executivo judicial, uma sentença, ou um requerimento de injunção com força executiva, para além da questão do chamado «tempo perdido».

No entendimento de A. Geraldes Temas Judiciários, Volume I, pág.115 a relevância atribuída ao acto de citação é tanta que certas irregularidades, que poderiam parecer insignificantes, ganham importância a partir do momento em que se constata uma situação de revelia absoluta nos termos do artigo 483º do CPC anterior. Cita o referido Autor A. Varela *«quer a irregularidade havida na citação seja essencial, quer não seja, pretende-se não deixar à justiça o remorso de ter sido causadora indirecta, pela preterição de formalidades, da falta de contestação do réu e das graves consequências que dela advêm.»*.

Numa frase, qualquer formalidade que vise tutelar os direitos de defesa do réu deverá ser respeitada, sendo que a lei dá preferência à segurança jurídica e determina a anulação da citação e a sua repetição.

Neste contexto o artigo 566 do CPC assume especial preponderância, dado que atribui ao tribunal o dever de verificar o cumprimento de todas as formalidades quanto á citação no caso de revelia ou falta de intervenção processual.

Poderemos analisar alguns aspectos que ocorrem no seio judiciário demonstrativos precisamente desta vertente da segurança e da imperatividade em se averiguar o cumprimento de uma citação «imaculada», sobretudo quanto á citação postal e edital.

Será caso para se criar uma regra: na dúvida quanto ao conhecimento efectivo do acto de citação por parte do réu (e o mesmo não intervenha), dever-se-á repetir o acto de citação ?

No segmento da citação postal é sabido que o artigo 233º do CPC é conhecido como um espécie de «alerta» visando acautelar a citação (um reforço da efectivação da citação) da pessoa, todavia cumpre, em nosso entender, e atento o artigo 566º do CPC, verificar da regularidade do cumprimento desse normativo, a fim de se garantir o exercício do direito de defesa.

Assim, e tal como refere o Acórdão da RP de 15-4-2010 (disponível na base de dados da DGSI, local de proveniência de toda a jurisprudência citada sem menção de origem) que considera que apesar de o artigo 233º do CPC (referindo-se ao artigo 241º do anterior diploma), não ser uma formalidade essencial, todavia o envio dessa carta não é uma inutilidade, porque se o fosse não tinha previsão legal, e nessa medida ter-se-á de ver caso a caso se a preterição de formalidades acarreta a possibilidade de afectação do direito de defesa.

Entendeu este Acórdão que quando o artigo 233º do CPC não é enviado no prazo de dois dias poderá considerar-se que é com a recepção da carta do artigo 233º do CPC (e não da carta inicial) que se iniciará a contagem do prazo de contestação.

Concordo inteiramente com esta posição, dado que à parte não se pode imputar o não cumprimento do prazo legal de 2 dias para o envio da carta para efeitos artigo 233º do CPC e diminuir assim o prazo para apresentar a sua defesa e nessa medida entende-se que a contagem do prazo para contestar deverá iniciar a partir da data do efectivo cumprimento desse normativo.

*

Vejamos a situação em que a carta de citação ou o aviso foi assinado por um terceiro e a carta remetida para os termos do artigo 233º do CPC está devolvida com indicação de «mudou-se» ou «ausente» ou «desconhecido», ou em que no aviso de citação assinado por terceiro não consta integralmente assinalada a «cruz» da advertência ao terceiro da obrigatoriedade de pronta entrega ao Réu.

No que diz respeito à questão de a carta remetida nos termos do artigo 233º do CPC vir devolvida com a menção de «ausente» ou «mudou-se» ou «faleceu», ou que «*não trabalha no local*», entende-se que não se pode considerar citado o Réu (quando não existe uma indicação em sentido contrário que garanta a efectiva residência) e existe uma dúvida relevante sobre saber se a citação foi efectivamente recebida pelo citando, e nesse caso, atento o artigo 566º do CPC ir-se-ia repetir a citação do Réu por contacto com funcionário judicial na morada indicada ou por carta noutra morada ou realizar diligências complementares para se determinar com segurança sobre a concretização da citação (nomeadamente através de cooperação da autoridade judicial quanto á efectiva morada ou notificação da alegada entidade patronal para confirmar se o réu ali se encontrava ou não á data da citação).

Neste sentido e para outros desenvolvimentos, vide a seguinte jurisprudência (a título ilustrativo) da Relação de Lisboa de 10/08/2009:

«Sumário: *Tendo sido devolvida a carta de citação do executado com a indicação de que este se mudou e sendo posteriormente decidido estar sanada a eventual nulidade por falta de citação, por não ter o executado invocado a mesma na primeira intervenção que teve no processo, nem por isso se deve considerar que a morada para onde foi enviada a carta de citação é a correcta. A sanção pode implicar que se não produzam certos efeitos processuais decorrentes da irregularidade, mas não elimina a causa de tal irregularidade, nomeadamente um endereço que não é o do*

executado. Notificado da realização da penhora, para a mesma morada, e vindo a carta devolvida pelos mesmos motivos, não existe fundamento para considerar válida a notificação nos termos dos artigos 255º nº 1 e 254º nº 3 do CPC...».

Conforme aí se refere:«.. Em relação à citação, esta efectuou-se embora em pessoa diversa do executado, o que levou o tribunal a enviar a carta de advertência a que alude o art. 241º do CPC, vindo esta última devolvida com a indicação de que o executado se mudara.

...Tendo a carta de citação sido assinada por pessoa diferente do executado e tendo vindo devolvida a carta de advertência nos termos do art. 241º com a menção de “desconhecido/mudou-se”, não vemos como se pode considerar o mesmo executado como devidamente citado....» (sic).

Para outros desenvolvimentos ver também Ac da Relação de Évora de 09/28/2006: Sumário: I – *A citação é um acto de enorme relevo que visa assegurar o direito de defesa de quem é demandado em juízo e, por isso, tem de conter todos os elementos que garantam o princípio do contraditório.*

II – Se o acto de citação não se revelar límpido e transparente, revelando que foi observado todo o formalismo exigido pela lei adjectiva, fica irremediavelmente inquinado o processo, pois que se pode estar a vedar ao réu a possibilidade de se defender convenientemente.

III – Acaso surjam dúvidas quanto à regularidade de citação, suscitadas pelo Réu, é preferível mandar repetir o acto, pois só assim se garantirá um julgamento equitativo.».

Conforme se refere:«... Sem a efectiva citação, límpida e transparente, com observância de todo o formalismo exigido pela lei adjectiva, o processo fica irremediavelmente inquinado, uma vez que ao réu é vedada a possibilidade de se defender convenientemente, não podendo fazer valer os seus argumentos. Por isso, havendo dúvida razoável sobre a regularidade

da citação, é sempre preferível mandar repetir o acto, de modo a garantir um julgamento equitativo do litígio.».

Assim, e dado que no caso não se poderá garantir que se trata da morada do Réu, e dado que a carta tem a referência «mudou-se» ou «desconhecido», atento o artigo 566 do CPC entendo que deverá proceder-se a nova citação do Réu através de contacto com funcionário Judicial ou carta e nota de urgência em nome da celeridade.

Inversamente, no caso de a carta remetida nos termos do artigo 233 do CPC vir devolvida nos autos com a menção de «não reclamada» ou «não atendeu», em princípio o réu dever-se-á considerar citado visto que não há elementos que afastam essa presunção de recebimento da primeira carta.

*

Outra situação que se deve referir é a atinente à citação edital, a qual só deverá ser determinada após a pesquisa em todas as bases de dados de forma integral (em busca da morada pessoal e profissional conforme exige o artigo 236º do CPC), sob pena de não se considerar a pessoa citada, sendo que por vezes se omite a pesquisa quanto ao domicílio profissional ou de alguma das bases de dados, o que não nos parece compatível com a possibilidade de se realizar a citação edital sem se verificar todas as possíveis moradas pessoais e profissionais (juntas do CRSS e Finanças, DGV e Identificação Civil).

Como é sabido existe uso indevido desta forma de citação quando se citam por éditos, a título de serem incertas pessoas que são certas, ou quando se citam por éditos, a título de se encontrarem ausentes em parte incerta, pessoas cujo paradeiro é conhecido. Tendo em conta o teor do Ac. RL de 20/5/1982, (in, CJ 1982, III, 103) existe um uso indevido da citação edital quando exista formalmente uma ausência em parte incerta, e a situação real não corresponda à situação formal. E atento o Ac. RP de 12/10/1993, BMJ 430, 517: *não tendo sido respeitadas as formalidades*

legais da citação edital, deve a nulidade de falta de citação ser arguida no tribunal «aquilo» mesmo depois de proferida sentença, não sendo obstáculo a regra da extinção do poder jurisdicional que, entre as exceções que contempla, inclui o suprimento de nulidades.

Da leitura do artigo 239º do CPC e da análise da ratio da figura da citação edital podemos concluir que a lei quis evitar que fossem citados por éditos quem pudesse ser citado pessoalmente, sendo que o próprio nº3 do predito artigo manifesta que o legislador teve a preocupação de haver uma «certificação» por parte de certas entidades, da ausência de certa pessoa, antes de se ordenar a citação edital.

Neste contexto, antes de se determinar a citação edital, entendo que se deve analisar todas as «pistas» que constam do processo e indagar junto das entidades que tenham conhecimentos, ainda que virtuais, no sentido de tentar obter a morada actual do citando.

Muitas vezes nas diligências frustradas para a citação, há a indicação pelos familiares, ou autoridade policial, ou funcionários ou Solicitador, de que o citando saiu do país e está a trabalhar no estrangeiro (um dado país) e que não se sabe da sua morada. Nestes casos entendo que se deve solicitar pela forma mais rápida, nomeadamente por email, junto do Consulado de Portugal desse país, a morada do citando - de resto, esta diligência tem-se revelado muito eficaz na localização do Réu (dado que o Consulado comunica com o tribunal normalmente também por email e habitualmente tem a morada actualizada do Réu).

Perfilho a opinião pessoal de que havendo notícia de que o citando está num dado país estrangeiro em morada ainda que nos autos seja desconhecida, que se deverá investigar junto do Consulado de Portugal nesse país antes de se determinar qualquer citação edital, porque o que se verifica é que muitas vezes se localiza o Réu desta forma e de uma maneira

muito eficaz e rápida, e seguidamente é só remeter a carta com registo e no caso de não se concretizar dever-se-á solicitar ao Consulado a citação nos termos do artigo 247º nº3 do CPC (evitando-se assim a prática de eventuais nulidades ou falta de citação): *«Compulsados os autos, antes de mais, e atenta a importância do acto de citação (e sem prejuízo do estado dos autos) e atento o teor do artigo 566 do CPC (e para outros desenvolvimentos vide Abrantes Geraldès, in Temas Judiciários, I Volume, pág.91 a 96 e 77), e dadas as informações dos autos e dada a indicação de a ré poder estar na Suíça, e dado não termos elementos quanto ao domicílio profissional, e atenta a indicação de eventual domicílio profissional, oficie-se ao Consulado de Portugal na Suíça e solicite informação sobre a morada e/ou local de trabalho da Ré (nota de urgente).»*.

Vale o mesmo princípio se se obtiver a indicação de que a parte contrária se encontra a frequentar um dado estabelecimento de ensino ainda que não concretizado; ou tem uma dada actividade profissional não localizada concretamente, devendo diligenciar-se junto das entidades competentes pela obtenção dessa informação, antes de se ordenar a citação edital.

Assim, sendo a citação edital um mal necessário, deve ser, utilizada com respeito total pelos seus pressupostos, e desde logo, o eventual interesse da celeridade processual tem de ceder perante a vantagem de se proceder a uma citação pessoal, quando a mesma é hipoteticamente viável¹²

*

¹² Para outros desenvolvimentos, vide A. Geraldès in Temas Judiciários, I Volume, pág. 77, 91 a 96).

De resto, a título meramente ilustrativo, e visando demonstrar precisamente em termos práticos essas questões atinentes à invocação de falta de citação, veja-se que nas execuções de sentença e nos requerimentos de injunção, conforme estabelece o artigo 814º, do CPC, um dos fundamentos de oposição é a falta ou nulidade da citação para a acção declarativa quando o réu não tenha intervindo no processo. Neste contexto por vezes surgem oposições à execução de sentença em que perante uma citação no processo declarativo feita por carta numa terceira pessoa, o executado invoca que esse terceiro não lhe deu conhecimento da carta.

Nestes casos em que o executado é citado numa terceira pessoa tendo o aviso de recepção sido assinado por um terceiro que se encontre naquela morada, e tendo esse aviso sido devolvido e junto aos autos, e tendo-se cumprido o artigo 233º do CPC, para que se considere que a falta de citação seja procedente é necessário que a oponente alegue e prove que não teve conhecimento da citação por facto que não lhe seja imputável, ou que haja mudança do seu domicílio (artigo 195º do CPC) nem que haja comunicado à exequente outra morada para receber as notificações.

Na verdade, tendo sido estabelecido, como regra, na actual reforma do processo civil, que a citação pessoal é feita pela via postal, por meio de carta registada com aviso de recepção (artºs 233º, nº 2 a), 236º e 238º), as causas de falta de citação foram reconduzidas, na prática, a um único fundamento e haverá falta de citação sempre que o respectivo destinatário alegue e demonstre que não chegou a ter conhecimento do acto, por facto que lhe não seja imputável (artº 195º, al. e) do CPC.

Um exemplo em que se poderá afastar presunção da citação será a situação de a citação ser feita numa pessoa menor de idade em virtude de neste caso a este terceiro não lhe ser exigível apreender a importância do acto de citação, sendo que o distribuidor da carta deverá pedir sempre o

documento de identificação de forma a se verificar o cumprimento das formalidades e da idade desse terceiro.

Para outros desenvolvimentos vide o Ac. da RL de 08-01-2009:

1. Verifica-se falta de citação quando a correspondência destinada à citação do R. é entregue a um menor que se encontra na residência do citando e este não a faz chegar ao destinatário. 2. Nesta situação não é possível fazer funcionar a presunção consagrada no artigo 238º CPC, não tendo, pois, o destinatário que ilidir qualquer presunção.» (sic).

*

Outro caso concreto do qual se pode constar a importância que assume a citação diz respeito à penhora de créditos por parte de um terceiro a qual tem de ser feita segundo as formalidades da citação, sob pena de nulidade (neste sentido e no âmbito do novo regime vide Fernando Amâncio Ferreira, in Curso de Processo de Execução, pág.220 e igualmente Rui Pinto in Acção Executiva Depois da Reforma, pág. 153 e 154).

Conforme refere nomeadamente lebre de Freitas, in CPC Anotado, pág. 445, em relação ao regime anterior ao DL 39/2003 (onde se indicava ser uma notificação), em conformidade com os princípios constitucionais a notificação do terceiro devedor, no caso de penhora de créditos, nos termos do artigo 856º do CPC continuou a ser uma notificação pessoal (já na vigência do CPC de 1939 se exigia essa notificação pessoal), devendo por isso revestir as modalidades prescritas para a citação pessoal ou quase pessoal e conter os elementos do artigo 235º do CPC.¹³

¹³ Igualmente nesse sentido e para outras perspectivas, vide: «Ac da RE de 2/3/2000, CJ 2000, 2º, 261:"A notificação do devedor para penhora de créditos deve ser feita pessoalmente, segundo as regras da citação..."; Ac do STJ de 27/11/2003, Proc.03B3356/ITIJ/Net." A notificação referida no artigo 856º do CPC deve ser feita com as formalidades prescritas para a citação."; o Ac do 26/9/2002, Agr213/02, 2ª, Sumários 9/2002:" para dar cabal satisfação ao princípio do contraditório a notificação ao terceiro devedor, prevista no nº1 do artigo 856 do CPC, não pode ser uma notificação simples: deve ser feita

Em sede executiva, encontramos também outro segmento onde é patente a relevância da citação atento o teor do artigo 851º do CPC que estabelece que se a execução correr à revelia do executado e este não tiver sido citado, quando o deva ser ou houver fundamento para declarar nula a citação, pode o executado requerer a todo o tempo no processo de execução (mesmo depois de finda a execução sem prejuízo de se a partir da venda tiver decorrido o tempo para a usucapião, o executado apenas poder exigir do exequente, em caso de dolo ou má fé de uma indemnização), que esta seja anulada, sendo que deduzido este incidente a execução é logo sustada.

Lopes Cardoso, In Manual da Acção Executiva, 1996, pág. 648, defende que a nulidade da citação no âmbito do processo executivo, pode ser arguida a todo o tempo, desde que esse processo tenha corrido à revelia do executado, mesmo que a irregularidade não tivesse prejudicado a defesa.

*

Constata-se, por outro lado que por vezes na citação postal feita em terceira pessoa o aviso postal não tem assinalada a cruz, relativa a ter sido entregue a terceira pessoa e de ter sido feita a advertência legal, devidamente assinalada (não foi assinalado pelo aviso pelos CTT que a pessoa se haja comprometido a entregar a carta ao citando), sendo que tal ponto, ainda que seja controvertido, pode determinar a necessidade de se repetir a citação nos termos do artigo 566º do CPC porque não se tem a garantia de que esse terceiro tenha sido advertido desse dever e cominações:« *Compulsados os autos resulta que quanto á Ré a carta de*

com as garantias do acto da citação, por aplicação analógica do artigo 256º do mesmo código.".

-E o Ac da RL de 30-11-95, disponível na INTERNET, na Página da DGSJ: "...Sumário: I – II - A notificação pela qual se faz a penhora de créditos é pessoal, aplicando-se-lhe as disposições relativas à citação.".

Por outro lado, igualmente no sentido de a lei exigir uma notificação pessoal, no anterior regime, vide Eurico Lopes Cardoso, in Manual da Acção Executiva, Almedina 1996, pág. 436, onde se refere: "As notificações, quer do terceiro devedor, de que o crédito fica à ordem do tribunal, quer do executado para entregar o documento, têm de ser pessoais e, por isso, feitas com as formalidades prescritas para a citação.".

citação não tem assinalada a cruz, relativa a ter sido entregue a terceira pessoa e de ter sido feita a advertência legal, devidamente assinalada.

Noutros termos, constata-se que não foi assinalado pelos CTT que a pessoa se haja comprometido a entregar a carta ao citando e tal determina em nosso entender a necessidade de se repetir a citação (existe no a/r um local próprio para se assinalar a prática desse acto, e esse quadrado não está preenchido com a cruz respectiva).

*De resto, neste sentido, vide A. Geraldês Temas Judiciários, Volume I, pág. 41 e ss, onde se refere que o distribuidor de correio deve identificar o citando ou o terceiro e anotar os elementos de identificação e entregue a terceira pessoa **ela deve ser advertida do dever de pronta entrega ao citando**. Tem havido notícias de que nem sempre essas formalidades são cumpridas, e tais falhas podem invalidar a citação, torna-se necessário os tribunais controlarem o cumprimento dessas formalidades.*

Assim, e salientando-se o facto de o acto de citação ser um dos actos processuais extremamente relevantes, atentos de resto os efeitos que implica, determina-se, nos termos do artigo 566º do CPC (anterior artigo 483 do CPC), a repetição da citação em relação á Ré (dada a sua não intervenção nos autos).».

Sobre a questão do incumprimento dessas formalidades vide A. Geraldês Temas Judiciários, Volume I, pág. 41 e ss, onde se defende que o distribuidor de correio deve identificar o citando ou o terceiro e anotar os elementos de identificação e entregue da terceira pessoa e ela deve ser advertida do dever de pronta entrega ao citando e cominações atinentes.

Tem havido notícias de que nem sempre essas formalidades são cumpridas, e tais falhas podem invalidar a citação, tornando-se necessário os tribunais controlarem o cumprimento desses requisitos e mandar repetir

a citação, quando não conste assinalado o cumprimento no aviso de recepção dessa formalidade.

*

Outro ponto relativo ao «papel principal» que a citação assume resulta da exigência do DL 202/2003, de 10/9, que refere que por razões de prudência impõe-se que constem dos autos os originais dos documentos de citação, sendo que no caso de extravio desses avisos, poder-se-á equacionar, caso não haja intervenção da parte respectiva, determinar a repetição da citação.

Igualmente, é frequente a prática de se realizar a citação pessoal na pessoa do co-executado ou Co-réu ou de um terceiro que esteja no local, e declare conhecer a parte (por contacto pessoal), ou na pessoa do cônjuge, o que não deverá ser considerado porque a citação é um acto que está tipificado na lei tendo um formalismo que tem de ser observado integralmente, e constata-se que a lei não menciona esta forma de citação (existe sim a do artigo 239º através de carta e a citação do artigo 240º do CPC que pressupõe a marcação de hora certa e o respeito pelo formalismo integral desse artigo) e nessa medida dever-se-á determinar a realização de uma nova citação.

*

Outro aspecto relativo ao formalismo da citação pode ser visto quanto à citação das sociedades, sem prejuízo do teor do artigo 246º do CPC, quando se realiza a citação nos termos do artigo 223º na pessoa do respectivo representante legal, na residência deste ou no seu local de trabalho, nos termos previstos para as pessoas singulares.

Nestas situações por vezes realiza-se a citação sem menção de que se cita a sociedade na pessoa singular como representante legal da sociedade, sem se esclarecer qual a sua identidade (legal representante, funcionário,

etc), e como tal ter-se-á de repetir a citação nos termos do artigo 566º do CPC se a sociedade não tiver tido intervenção nos autos.¹⁴

*

Outra situação potencialmente complexa no contexto da figura em análise, diz respeito a no acto de citação ser indicado à parte contrária que nos autos é obrigatória a constituição de advogado quando tal não ocorre, dado o valor do processo não a exigir.

Ora, neste caso a citação apesar de realizada formalmente, tem a indicação que é obrigatória a constituição de advogado quando não o é, dado que a parte pode contestar sem a constituição de advogado, sendo que se entende que essa formalidade contende com os direitos de defesa do réu visto que poderá não contestar dado não pretender ter gastos com a constituição de advogado ou realizar pedido de apoio com nomeação de defensor, podendo inclusive abster-se de contestar por não pretender constituir mandatário (e no caso inverso apresentar a sua defesa sem constituição de mandatário). De resto, a essencialidade deste ponto quanto à indicação de ser ou não necessária a constituição de advogado resulta da própria lei atento o nº2 do artigo 227º do CPC, que estabelece os elementos a transmitir obrigatoriamente ao citando, referindo que no acto de citação deve indicar-se ao destinatário o prazo dentro do qual deve oferecer a defesa e a necessidade de patrocínio judiciário e as cominações em que incorre em caso de revelia.

Portanto é a própria lei quem considera ser esta indicação, sobre a necessidade de mandatário ser essencial e nessa medida ao se não indicar que no caso não é obrigatória a constituição de mandatário entende-se que não se pode considerar como realizada devidamente a citação e nos termos

¹⁴ Neste sentido, vide Ac da RL de 24/6/86, in CJ 1986, Tomo III, 137, que refere que no acto de citação se alguém é citado, enquanto representante de pessoa colectiva ou de sociedade deve afirmar-se essa qualidade, sob pena de não se considerar efectuada a citação.».

do artigo 566º do CPC ter-se-á de repetir a citação contendo todas as formalidades necessárias.

Neste sentido, vide o Ac. da RP de 25-05-2004: «Sumário: *I - Se a carta registada para citação do réu foi entregue a terceiro, torna-se necessária a comunicação àquele da data e modo por que o acto se considera realizado, o prazo para o oferecimento da defesa e as cominações aplicáveis à falta deste, o destino dado ao duplicado e a identidade da pessoa em quem a citação foi realizada.*

II - Esta citação-advertência importa que chegue ao conhecimento do destinatário, mesmo que o tribunal se equivoque e remeta carta não registada.

III - A lei permite a que na carta a que alude o artigo 241 do Código de Processo Civil se dispense o cumprimento do n.º 2 do artigo 235, que estabelece que no acto da citação será também indicada ao destinatário a necessidade de patrocínio judiciário.».

Refere-se no predito Acórdão na parte que agora é relevante: «...De acordo com o disposto no art. 198º, n.º 1, do CPC, a citação é nula quando sejam preteridas formalidades prescritas na lei.

Considerando, porém, a restrição que é feita no n.º 4 desse artigo, deve concluir-se que não é toda e qualquer formalidade cuja omissão determina a nulidade, mas apenas aquelas que tenham sido criadas em prol da defesa do citando. No entanto, não há dúvida de que o n.º 2 do art. 235º do CPC, ao estabelecer que no acto da citação será também indicada ao destinatário a necessidade de patrocínio judiciário, procurou garantir que o demandado seja informado do regular exercício do seu direito de defesa. Essa formalidade é, pois, essencial e deve ser cumprida no acto da citação.».

*

Um outro aspecto que pode conduzir à necessidade de repetir a citação resulta da circunstância de a carta de citação não indicar o número do processo, ou ser omissa quanto à data formal da citação, indicar um prazo menor para contestar, ou ausência de prazo, omitir ou indicar incorrectamente a cominação da falta de contestação, ou da ausência de concretização de ser um acto de citação. Para outros desenvolvimentos, vide José Lebre de Freitas, in Estudos sobre Direito Civil e Processo Civil, pág.95 a 117, onde se emitiu um parecer sobre um caso atinente à citação num processo de expropriação no qual se considerou não se terem respeitado os preceitos constitucionais da citação, visto que nessa citação não se indicou na carta que os expropriados estavam a ser citados para o processo, nem o meio de defesa que lhes competia, nem o prazo de recurso, e as consequências da falta de contestação.¹⁵

Nesse Parecer é indicado que a notificação da decisão arbitral por carta registada aos expropriados, não representados por advogado, no mês de Agosto, e sem indicação de serem citados ou notificados para o processo, constitui uma clara violação da declaração dos direitos do homem e da constituição, sendo que apenas foi remetido para o teor do despacho sem menção de ser para contestar.

*

Por fim, enuncio uma outra situação ocorrida no contexto judiciário, que revela a vitalidade desta figura no processo civil no contexto da recente reforma do arrendamento urbano que espelha de forma objectiva a importância e a imperatividade da citação respeitar

¹⁵ Para outros desenvolvimentos, vide José Lebre de Freitas, in Estudos sobre Direito Civil e Processo Civil, pag.95 a 117, onde se emitiu um parecer sobre um caso atinente á citação num processo de expropriação no qual se considerou não se terem respeitado os preceitos constitucionais da citação, visto que nessa citação não se indicou na carta que os expropriados estavam a ser citados para o processo, nem o meio de defesa que lhes competia, nem o prazo de recurso, e as consequências da falta de contestação.).

a dimensão da segurança, na qual foi proferido o seguinte despacho:
«Os autos vêm conclusos face à recusa do requerimento de despejo pelo Balcão Nacional do Arrendamento.

Compulsados os autos verifica-se que no PED o requerente veio requerer o despejo do locado, em 30-4-2015 e o requerimento de despejo foi recusado e tal recusa foi-lhes notificada em 4-6-2015.

Os autos foram remetidos á distribuição para ser apreciada a questão suscitada.

Assentou a recusa do requerimento de despejo no disposto no art.º 15-C, n.º 1 b) e 15 n.º 2 e) do NRAU.

Concretizando a recusa foi determinada, em resumo, em virtude de: « .. No caso em análise, por se tratar de uma resolução por comunicação, deverão ser apresentados os documentos referidos no art. 15.º/2-e) do NRAU: o contrato de arrendamento e o comprovativo da comunicação prevista no art. 1084.º/2 do Código Civil (CC).

Dispõe o art. 1084.º/2, do CC que a resolução pelo senhorio quando fundada em causa prevista no n.º 3 do art. 1083.º do CC (que é o caso dos presentes autos) opera por comunicação à contraparte onde fundamentadamente se invoque a obrigação incumprida.

A forma da comunicação, como estatui o n.º 7, do art. 9.º, do nRAU, deve ser efectuada de acordo com o que dispõe as suas alíneas: a) Notificação avulsa; b) Contato pessoal do advogado, solicitador ou agente de execução; c) Escrito assinado e remetido pelo senhorio por carta registada com aviso de receção se no contrato em que tenha sido convencionado o domicílio.

No contrato de arrendamento junto aos presentes autos não consta que convencionaram domicílio.

Assim, a comunicação deveria ter sido efetuada de acordo com as alíneas a) ou b), do n.º 7, do art. 9.º do nRAU, ou seja, por notificação avulsa ou por contacto pessoal de advogado, solicitador ou agente de execução.

O requerente apresentou comunicação pessoal através de advogada.

Sucedendo que do teor da comunicação não consta que se pretenda a cessação do contrato de arrendamento por resolução.

Vejamos:

Na “Notificação Pessoal de Advogada-Estagiária – 23-10-2014”, artigo 5.º consta:

“(…) [n]a falta de liquidação dos montantes em dívida, fica V.ª Ex.ª notificado, de que o Sr. Hermes Rocha irá proceder à resolução do contrato de arrendamento, (…)”; Na “Declaração de conhecimento da notificação pessoal realizada por Advogada- Estagiária a 23-10-2014”, no 3.º paragrafo “ (…) o Sr Fernando Hermes Rocha vai proceder à resolução do contrato de arrendamento que mantemos (...).

Nas cartas registadas que foram entregues ao locatário, nem na “Notificação Pessoal de Advogada-Estagiária – 23-10-2014” não consta que o Sr. Hermes Rocha pretende a cessação do contrato de arrendamento, mas sim, no futuro, se não pagar as quantias em dívida, o Sr. Hermes Rocha o irá fazer.

Assim, não houve comunicação da cessação do contrato de arrendamento, mas sim uma comunicação de interpelação para pagamento das quantias em dívida, e, em harmonia com no art. 15.º/2-e) e art. 15.º-C/1-b), parte final, ambos do nRAU, o requerimento de despejo foi recusado.»(sic).

Conforme estatui o art. 15.º-C/1-b) do NRAU o requerimento pode ser recusado se não for acompanhado dos documentos previstos no n.º 2 do art.º 15.º do mesmo diploma.

No caso em análise, por se tratar de uma resolução por comunicação, deverão ser apresentados os documentos referidos no art. 15.º/2-e) do nRAU: o contrato de arrendamento e o comprovativo da comunicação prevista no art. 1084.º/2 do Código Civil (CC).

Dispõe o art. 1084.º/2, do CC que a resolução pelo senhorio quando fundada em causa prevista no n.º 3 do art. 1083.º do CC (que é o caso dos presentes autos) opera por comunicação à contraparte onde fundamentadamente se invoque a obrigação incumprida.

Assim, a comunicação deveria ter sido efetuada de acordo com as alíneas a) e b), do n.º 7, do art. 9.º do NRAU, ou seja, por notificação avulsa ou por contacto pessoal de advogado, solicitador ou agente de execução.

No caso, adere-se ao acima explanado no BNA, de que de facto não consta do teor da notificação realizada qualquer declaração de «resolução», em nenhum lugar do texto dessa comunicação consta a declaração de «Resolução», e nessa medida, conclui-se que a notificação realizada não cumpre as exigências do artigo 1084 do CCivil.

Por outro lado, invoca o Requerente de que consta a referência para os artigos, mas isso não permite concluir que haja sido feita qualquer declaração de resolução, e não basta a indicação do número dos artigos para se considerar que a notificação preenche os requisitos. A notificação a realizar para estas situações tem que cumprir devidamente e de forma objectiva e clara o teor do artigo 1084 (sobre o texto dessas comunicações, vide a título exemplificativo, Minuta nº1 a 3, fls. 151 e ss do livro Reforma do Novo Regime de Arrendamento Urbano, Amadeu Colaço), devendo

realizar uma declaração clara e objectiva de resolução e não uma declaração de que «irá proceder á resolução».

A comunicação da cessação do contrato de arrendamento por resolução deveria ser feita nos termos do artigo 1084 do CCivil, realizando-se uma declaração objectiva e clara e não uma comunicação que não realiza nenhuma declaração de resolução, mas sim indica uma futura e eventual declaração nesse sentido (o que não é equivalente).

Assim, ao não apresentar o comprovativo da comunicação, prevista no art. 15.ºC n.º1 b), do NRAU, o requerimento foi devidamente recusado.

*

O artigo 15º-C estabelece os casos de recusa de requerimento, sendo que este artigo prevê, de forma taxativa, as hipóteses em que o requerimento para despejo pode ser recusado, o que corresponde, na sua essência ao não cumprimento do disposto no artigo 15 º-B do NRAU (neste sentido, vide Maria Olinda Garcia, Arrendamento Urbano Anotado, pág. 206 e Amadeu Colaço, Reforma do Novo Regime do Arredamento Urbano, 2015, pág. 70 e Menezes Cordeiro, Leis do Arrendamento Urbano anotada, pág. 434 e 435).

Nos termos do referido artº 15-C, nº 1, al. b), o requerimento de despejo só pode ser recusado se não indicar o fundamento do despejo ou não for acompanhado dos documentos previstos no nº 2 do artº. 15.

No caso em apreço dado ser invocada uma resolução, os documentos a apresentar são os referidos no artº. 15, nº 2, al. e): o contrato de arrendamento e o comprovativo da comunicação prevista no artº. 1084, nº 2 do Código Civil.

Portanto resulta do teor do artigo 15-C que os casos de recusa de requerimento são taxativos e são de índole formal, não se entrando na análise ou debate de questões de mérito, dado respeitar-se as exigências formais dos artigos que regulamentam a apresentação do requerimento de despejo, nomeadamente o artigo 15º-C e 15º nº2

No caso em concreto e fazendo uma análise liminar e formal, e nos termos do artigo 15-C alínea b), e artigo 15 nº2, alínea e); 15-B nº2 alínea e) do NRAU, decide-se manter a recusa do requerimento de despejo, julgando-se improcedente a reclamação quanto á recusa do requerimento de despejo.

Assim, recusa-se integralmente o requerimento de despejo e em consequência declara-se extinto o presente procedimento especial de despejo.

Notifique-se, dando-se conhecimento ao Balcão Nacional do arrendamento.».

*

Numa palavra, entendo que a citação é a porta de entrada do processo e o mesmo só deverá seguir a sua tramitação se a mesma tiver sido feita de forma totalmente correcta e respeitando todas as imposições legais – numa frase uma **«citação transparente pura ou imaculada»** - sob pena de se colocar em causa a vertente da segurança jurídica impedindo-se ou reduzindo-se a direito de defesa.

CAPITULO 3

A DIMENSÃO DA CELERIDADE

Quem lida com o sistema de Justiça pode constatar que em inúmeros processos existe uma dificuldade imensa em se citar a parte contrária fazendo com que os autos se arrastem no tempo com a realização de incontáveis actos processuais sem sucesso na localização do Réu, traduzindo-se essa situação num gasto de recursos humanos económicos e de tempo, que se vai repercutir de forma extremamente negativa na imagem da Justiça.

A questão que se coloca é qual o motivo dessa demora ou dificuldade em localizar a parte contrária?

Qual será a razão para as citações no nosso país demorarem dezenas de meses e por vezes serem realizados sem o cumprimento integral das formalidades, o que neste acto, será catastrófico face aos efeitos que poderá provocar?

Neste segmento, atrevo-me a perfilhar a ideia de que existe pouca tradição em se ter uma única morada e de a mesma estar actualizada e por outro lado nem sempre o Autor identifica bem a parte contrária ao instaurar uma acção (muitas vezes a parte é identificada sem o nome completo, sem apelido, por iniciais, e surgem entidades sem personalidade jurídica).

Cumpre-me ainda salientar que face ao estabelecido no artigo 234º nº1 do CPC de que incumbe à Secretaria promover oficiosamente as citações, devendo afastar os obstáculos à sua realização, pese embora, as diligências a realizar pelo tribunal para a localização do Réu, deverá existir a cooperação do Autor na localização da parte contrária e diligenciar por dar todas as informações para a sua efectiva citação, indicando

nomeadamente o nome completo da parte contrária, sem menção de abreviaturas, dado que muitas vezes as acções são instauradas com uma indicação incompleta do nome e tal dificulta a localização do Réu e poderá colocar questões ao nível da segurança jurídica e do destinatário efectivo da citação.

De resto, estabelece o art. 467.º, n.º 1, alínea *a*) do Código de Processo Civil que, na petição inicial, o autor deve identificar as partes, devendo usar a referência ao nome, estado, profissão, morada (a sede quanto às pessoas colectivas e sociedades) e local de trabalho, não se excluindo a possibilidade de recorrer a outros sinais ou elementos de individualização, especialmente quando haja risco de *homonímia*, desconhecimento ou insuficiência dos elementos normais de identificação” (ANTUNES VARELA / J. MIGUEL BEZERRA / SAMPAIO E NORA, *Manual de Processo Civil*, 2ª ed. (reimpressão), Coimbra Editora, Coimbra, 2004, p. 248).

No contexto da legislação em vigor a fim de imprimir celeridade no acto de citação, entendo que não basta a pesquisa das bases de dados do artigo 236º do CPC (identificação civil, Finanças, Segurança Social, e Direcção Geral de Viação; e moradas profissionais, e por vezes a autoridade policial), sendo que se sugere quando a primeira carta de citação vem devolvida ou não se concretiza que, para além das bases de dados do citado artigo, se realizem diligências simultâneas junto das seguintes entidades: Administração Central do Sistema de Saúde I.P. (sito na Av. João Crisóstomo nº11, 1000-177 Lisboa); Centro Nacional de Pensões, e Recenseamento Eleitoral; e á EDP, SMASS, Telecom, TMN e Telecel e Optimus e SEF/ Instituto dos Registos e Notariado (obtenção de passaporte); ao FClube do Porto, Sport Club do Benfica e Sporting (sem prejuízos de outros clubes). Por outro lado, entende-se que fase à actual conjuntura onde as novas tecnologias são tão relevantes, se possa realizar

pesquisa no Google sobre a eventual morada pessoal e profissional do Ré(u)(s) a citar com cautela quanto á identificação do citando.

Constata-se que a realização destas pesquisas permite uma maior eficácia e torna praticamente residual a determinação de citações editais, o que de facto, se trata em nosso entender de uma importante nota em termos de «efectividade» do princípio do contraditório.

De resto poderemos equacionar muitas outras entidades às quais poderemos recorrer para se obter um domicílio actualizado, a saber: A Via Verde (esta última com extrema relevância face à necessidade de um grande número de Portugueses ter de se registar), cartões dos Hipermercados; registo das farmácias nacionais, Empresas de televisão por cabo ou digital, bases de dados de lojas de grande procura; ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; Recenseamento eleitoral; Universidades e Escolas, Sistema Estratégico de Informação da PSP (SEI).

Existe um conjunto infinito de bases de dados a analisar a fim de se localizar a parte contrária com inerente ganho de tempo de celeridade e eficácia.

De resto, estas práticas em termos de citação sempre poderão ser enriquecidas ao longo do tempo e na participação de todos os tribunais, através de forças «miméticas» (para um tribunal se assemelhar a outros na partilha de «boas práticas» de outros tribunais e outras organizações), de que nos fala João Bilhim¹⁶.

Poder-se-ia criar um encontro entre os vários tribunais para debater vários assuntos, no caso em apreço, quanto à citação (todavia tal procedimento poderia ser utilizado em todos os ramos do direito) e tentar construir um conjunto de «boas práticas» a realizar numa sequência

¹⁶ No seu estudo A Construção da função Qualidade nos Tribunais Portugueses: uma abordagem à luz da teoria institucional (Scientia Iuridica – Tomo LVII, 2008, nº 315).

temporal quanto à citação, contendo indicações sobre o acesso a várias bases informáticas e a cronologia a seguir e igualmente sugestões quanto à divisão do trabalho para efectuar as citações através de uma boa gestão de recursos humanos especializados nessa área.

Nesta sede relativa às citações sugiro ainda a realização de um estudo, nomeadamente ao nível do direito comparado junto de outros países da Europa ou de outros continentes, em busca de inspiração para elaborar alterações legislativas. Entendo, de resto na senda da exposição de Christian Von Bar, «Concorrência entre as ordens jurídicas e «Law Made in Germany»», in *Julgar*, 17, Maio-Agosto de 2012, pág. 153 a 165, de que a Europa não precisa de uma competição entre ordens jurídicas, dado que seria importante que entre os juristas europeus fosse desenvolvida uma cultura da comunidade- *cuklture of communality* ou *Kultur der Gemeinschaftlichkeit*.

De resto na Alemanha tanto os cidadãos nacionais como os estrangeiros têm de se registar indicando a sua morada e quando se movimentam de sítio, sob pena de não terem autorização de residência e não poderem concluir a inscrição numa Faculdade ou noutros actos oficiais relevantes que exigem a morada. Poder-se-ia equacionar, no contexto nacional, uma proposta de alteração processual no sentido de haver a obrigação legal (consubstanciada num dever de cidadania e de civismo) de cada cidadão ter uma morada de relacionamento junto do Estado, junto da qual o cidadão é citado, devendo a mesma ser actualizada e ter de indicar as suas alterações de forma imperativa (para além das moradas fiscais, eleitorais). Essa morada de relacionamento determinaria a obrigação de, por formas expeditas, que o cidadão comunicasse todas as alterações, tendo o dever jurídico de manter actualizada sob pena, por exemplo, de se considerar citado ou notificado nessa morada.

Tal medida teria a virtude de tornar a citação num acto mais rápido e potenciador de uma poupança de recursos económicos e humanos. Muitas vezes o cidadão não vive em nenhuma das moradas da base de dados do artigo 236º do CPC, e nessa medida o estabelecimento de uma morada única para efeitos de relação com o estado, nomeadamente tribunais, iria evitar a prática de milhares de actos inúteis quanto à concretização da citação e evitar os consequentes gastos económicos, dado que se reduziriam ou extinguiriam muitos portes postais e registos dos correios.

Numa altura em que a redução de custos é tão premente, face à conjuntura actual, e em que há o desiderato nacional de redução das contas públicas poderemos falar numa poupança de centenas de milhares de euros com o consequente aumento proporcional de eficácia e diminuição do tempo de tramitação das acções e procedimentos judiciais.

Apenas a título complementar e em sede de direito comparado invoco aqui o Código de Processo Civil Brasileiro que está em debate no CONGRESSO Nacional e indica no Art. 11º. que a citação poderá ser feita por meio electrónico, conforme regulado em lei e que com excepção das microempresas e das empresas de pequeno porte, ficam obrigadas as empresas privadas ou públicas a manter cadastro junto aos sistemas de processo em autos electrónicos, para efeitos de recebimento de citações e intimações, as quais serão efectuadas preferencialmente por esse meio. Por outro lado, quanto à citação edital indica-se que no caso de ser inacessível o lugar em que se encontrar o réu, a notícia de sua citação será divulgada também pelo rádio, se na comarca houver emissora de radiodifusão e que o juiz, levando em consideração as peculiaridades da comarca, da secção ou da subsecção judiciárias, poderá determinar que a publicação do edital seja feita também em jornal local de ampla circulação ou por outros meios.

De forma a se obter uma maior eficácia dever-se-ia permitir o acesso a várias bases de dados directamente pelo tribunal ao maior número de entidades possível por forma à pesquisa ser rápida e eficaz e o mais abrangente possível. As novas tecnologias são ferramentas a ter em conta na concretização das citações, sem prejuízo do imperativo da necessidade de mudança de mentalidade quanto à virtude de se ter a morada actualizada (neste ponto os meios de comunicação social, nomeadamente a televisão, poderiam ser um importante instrumento de divulgação e sensibilização).

De resto, cumpre salientar como nota positiva, que quando o sistema judicial Português foi avaliado pela comissão Europeia para a eficácia da justiça (CEPEY) em 2006, considerou Portugal como um país com um elevado nível de informatização a par de países como a Áustria, Dinamarca, Finlândia, num total de 46 países, tendo ficado à frente da Alemanha, Holanda e Itália)

No contexto da actual reforma do processo civil, invoco aqui a afirmação constante da exposição de motivos (Os principio orientadores da Reforma do Processo Civil): *«A celeridade processual – indispensável à legitimação dos Tribunais perante a comunidade e instrumento indispensável à realização de uma das fundamentais dimensões do direito fundamental de acesso à justiça passa necessariamente por uma nova cultura judiciária, envolvendo todos os participantes no processo, para o qual deverá contribuir decisivamente um novo modelo de processo civil...»(sic).*

No que diz respeito ao regime da citação resulta que a Reforma do processo civil decidiu aplicar ao processo comum o regime de citação de ausentes em parte incerta em vigor no regime experimental, prevendo-se que a citação edital no caso de incerteza do lugar seja feita por afixação de edital seguida de publicação de anúncio em página informática de acesso público substituindo esta publicação em suporte informático os tradicionais

anúncios publicados nos jornais (in Revista do Ministério Público, Cadernos 11, 2012- Debate A Reforma do Processo Civil 2012, pág.157).

Em sede de citação e no contexto da Reforma do CPC actual a única alteração quanto às formas de citação é a relativa à citação edital, ao se assemelhar ao regime experimental (Paulo Faria, Regime Processual Civil Experimental Comentado, pág. 71 entende que a simplificação desta forma de citação ao ser feita na página informática de acesso público aponta no bom caminho, todavia a aplicação informática deve ser de fácil consulta e apreensão ou permitir a pesquisa pelo nome).

Neste contexto da citação edital pugnamos pela possibilidade de o tribunal, perante uma tentativa frustrada de citação e estivesse espelhada a dificuldade em se concretizar a citação, poderia determinar, desde logo, a citação edital, o que permitiria reduzir o tempo de cumprimento das formalidades, sempre com a atenção de se determinar que a citação edital realizada ficará sem efeito aquando da citação efectiva ou pessoal da parte contrária se entretanto localizada.

Outro ponto de louvar diz respeito à Reforma do Código de Processo Civil estabelecer que a execução de sentença seja feita nos próprios autos mediante requerimento (pág. 168, obra citada), dado que tal tem a virtualidade de em sede de oposição à execução, quando está em causa a citação, não ser necessário extrair traslado do processo declarativo e de ser logo visível a forma como ocorreu a citação e se houve ou não intervenção da parte. Igualmente a abolição de citação prévia do executado nas execuções para entrega de coisa certa fundadas em decisão judicial (ou em requerimento de injunção no novo regime da acção de despejo) é factor inovador e potencia a celeridade em elevado grau.

Num outro contexto, e aderindo integralmente à prática da qual tivemos conhecimento recentemente na Instância Local Cível do Porto

(realizada por Paulo Ramos de Faria, Juiz 4), visando igualmente a celeridade, poderemos enunciar a prática de proceder ao cumprimento em simultâneo de actos processuais reduzindo largamente o prazo de oposição no âmbito das acções de interdição. Muitas destas acções são instauradas pelo Ministério Público baseada em pareceres médicos e habitualmente não têm oposição, e ao se condensar vários actos relativos á citação, teremos uma redução na pendência da acção sem reduzir os direitos de defesa do Interditando (poderá sempre existir contestação á acção) e tutelando de forma eficaz os direitos do Interditando dado tratar-se também de um processo de protecção do próprio interditando.

Neste contexto perante acções desta natureza, nomeadamente instauradas pelo Ministério Público, proferimos o seguinte despacho: *«Proceda-se á afixação de editais e á publicação de anúncio, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 892 do CP.Civil.*

Cite-se o(a)(s) Requerido(a)(s), mediante contacto pessoal de Funcionário Judicial, nos termos e efeitos do artigo 893º do CPC (sendo que nos termos legais, nos processos desta natureza, a citação postal não tem cabimento ou é admissível).

*

Sem prejuízo, de o Requerido contestar a acção, e nessa medida fica sem efeito a nomeação de curador provisório, no caso de se mostrar demonstrada a impossibilidade de a(o) requerido(a) receber a citação e nos termos do artigo 894 nº1 do CPC nomeio como curador provisório a pessoa identificada no requerimento inicial pelo Ministério Público como pessoa a quem se sugere para o exercício da tutela (melhor identificado nos autos no requerimento inicial).

Cite o(a) mesma(o) para contestar em representação da(o) Requerida(o), desde já em nome da celeridade.

*

Em nome da celeridade processual, e sem prejuízo de a pessoa a citar nos termos do artigo 894 do CPC vir contestar, desde já, proceda á solicitação de nomeação de Defensor Oficioso á Ordem e cite nos termos dos artigos 893 e 894 do CPC, sendo que está nomeação e eventual contestação ficará sem efeito se o Curador deduzir contestação.

Em da celeridade solicite a nomeação de patrono Oficioso para representar a Requerida nos presentes autos, ao abrigo do disposto no artigo 21º nº2 do CPCivil, aplicável Ex vi artigo 894 nº1 do mesmo diploma, através do sistema gerido pela Ordem dos Advogados (no caso de impossibilidade diligencie pela nomeação por meios alternativos).

*

Feita a nomeação de patrono Oficioso, cite a(o) requerida(o), na pessoa do(a) Ilustre patrono(a) Oficioso(a), nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 893 e 894 do CPCivil.

Cite desde já, igualmente a (o) Defensor(a) a nomear.

Este segmento do despacho, fica sem efeito se existir contestação por parte do Curador Provisório...».

*

2 Propostas para agilizar o acto de citação.

O sistema de justiça cumpre uma função importante na estabilidade, regularização, segurança e previsibilidade dos investimentos económicos, sendo os tribunais considerados como instrumentos fundamentais para o relançamento da economia.

Actualmente o serviço a prestar pelo tribunal não é apenas a aplicação de normas jurídicas ou a produção de sentenças, dado que o utente exige um serviço de qualidade, em tempo útil e de forma cómoda.

Assim, e em resumo de forma a alterar este estado de coisas e «agilizar a realização das citações», sugiro uma proposta de alteração processual no sentido de haver a obrigação legal (consubstanciada num dever de cidadania e de civismo) de cada cidadão ter uma morada de relacionamento junto do Estado, junto da qual o cidadão é citado, devendo a mesma ser actualizada e ter de indicar as suas alterações de forma imperativa (para além das moradas fiscais, eleitorais, etc.). Essa morada de relacionamento determinaria a obrigação de, por formas expeditas o cidadão comunicasse todas as alterações, tendo o dever jurídico de a manter actualizada sob pena, por exemplo, de se considerar citado ou notificado nessa morada, ou não poder praticar actos relevantes da vida quotidiana onde se exija a morada.

Tal alteração poderá implicar alterações constitucionais ou do texto constitucional no capítulo dos direitos liberdades e garantias sendo um dever fundamental.

No caso dos sem-abrigo ou pessoas sem domicílio fixo poderão ter um apartado postal junto da junta de freguesia que igualmente teria a mesma finalidade.

Tal medida carece de bases de dados cada vez mais prolixas e sempre actualizáveis, todavia as mesmas teriam a virtude de tornar a citação num acto mais rápido e uma poupança de recursos económicos e humanos. Muitas vezes o cidadão não vive em nenhuma das moradas da base de dados do artigo 236º do CPcivil e nessa medida o estabelecimento de uma morada única para efeitos de relação com o estado, nomeadamente tribunais, iria evitar a prática de milhares de actos inúteis quanto à concretização da citação e evitar os consequentes gastos económicos, dado que se reduziriam ou extinguiriam muitos portes postais e registos.

Esta alteração teria a vantagem de dar eco à necessidade de celeridade processual e segurança já que existiria a presunção de que a

morada que cada cidadão teria como de relacionamento com o estado seria a correcta e a actualizada.

Essa lei careceria de 180 dias ou 360 dias de *vacatio legis* para permitir a necessária alteração das mentalidades, e nomeadamente deveria haver uma divulgação mediática da mesma em linguagem simples para ser de fácil compreensão e aceitação por parte do cidadão nacional médio. Ao mesmo tempo garantia a vertente de numa democracia participativa e de cidadania pelo esforço único em manter a morada actualizada e de forma exclusiva, conduzindo a uma verdadeira evolução cultural e civilizacional.

Numa altura em que a redução de custos é tão premente, face à conjuntura actual, e em que há o desiderato nacional de redução das contas públicas poderemos falar numa poupança de centenas de milhares de euros com o consequente aumento proporcional de eficácia e diminuição do tempo de tramitação das acções e procedimentos judiciais.

Acresce que para a sua adaptação não se gastaria um cêntimo no investimento em novas estruturas ou aplicações informáticas, dado que se poderia utilizar as já existentes incluindo um espaço próprio para a inserção dessa morada (com fácil acessibilidade).

Fora do contexto de qualquer alteração legislativa entendo que as citações seriam muito mais céleres através do uso e acesso a várias bases de dados, já enunciadas, e do serviço de Alteração de Morada do Portal do Cidadão o qual permite que os cidadãos possam actualizar a morada no Cartão de Cidadão e num conjunto de entidades que inclui Automóvel Clube de Portugal, Caixa Geral de Aposentações, EDP, EPAL, IEF, Via Verde. Por outro lado saliento o projecto-piloto STORK (encontra-se em fase de expansão e está actualmente implementado em Portugal, Estónia e Suécia, através dos respectivos portais nacionais) que permite que os cidadãos comunitários podem também beneficiar do serviço para o

conjunto de entidades enunciadas, com excepção do Cartão de Cidadão, que apenas se aplica a cidadãos portugueses (o recurso à utilização de Cartões de Identificação Electrónicos, permite que os cidadãos dos Estados-Membros possam alterar a sua morada em qualquer país aderente à iniciativa e sendo a morada, confirmada, será comunicada, aos serviços de Identificação Civil, Finanças, Saúde, Segurança Social e Recenseamento Eleitoral.)

O objectivo subjacente à disponibilização do serviço é permitir ao cidadão, através do menor número de interacções possível, efectuar a actualização da informação da sua morada de residência, num conjunto amplo e significativo de Organismos da Administração Pública e de Entidades Privadas (Cartão de Cidadão; Instituto do Emprego e Formação Profissional; Caixa Geral de Aposentações; INATEL; Estádio Universitário de Lisboa; Direcção-geral de Veterinária; Via Verde Portugal; EDP; EPAL).

Por outro lado, entendo que através do recurso às novas tecnologias de informação e mediante protocolos se poderia permitir a consulta nos tribunais das bases de dados de várias entidades convencionadas de forma a obter a morada do citando, por mera consulta informática, e desta forma agilizar a tramitação processual. Actualmente, resulta que a Soneacom em parceria com o ITIJ tem disponível um interface que pode ser consultada no próprio tribunal – plataforma TMENU – e pesquisa nas bases de dados de clientes da Soneacom abrangendo a parte das comunicações móveis (Optimus, Optimus Home e Rede 4) e as fixas (Novis e Clix), o que permite concretizar muitas citações de forma eficaz pela extrema facilidade de consulta.

Se fosse permitida a consulta directa relativamente ao serviço de Alteração de Morada do Portal do Cidadão o tribunal poderia ter acesso numa só pesquisa a moradas actualizadas em simultâneo junto de várias

entidades: Automóvel Clube de Portugal, Caixa Geral de Aposentações, EDP, EPAL, IEFP, Via Verde, entre outras.¹⁷

Nas citações dever-se-ia ampliar o número de bases do Ministério e permitir o seu acesso imediato em rede e de uma forma global pelo universo dos tribunais (e deixar de lado uma vocação sectorial e parcelar como contraponto de um sistema integrado), nomeadamente no THENU que é um interface que permite aceder à identificação civil, pessoas colectivas, registos, registo predial, registo automóvel, empresa na hora, procurações.

No âmbito de cada tribunal, e no sentido da aplicação do princípio do dever de gestão processual no contexto das citações, (vide Paulo Ramos de Faria in, Regime Processual Civil Experimental Comentado, pág. 60 a 61), que entende que o juiz deve dar orientações genéricas á Secção de processos no sentido de ser aberta conclusão, verificadas que estejam certas circunstâncias relativamente á citação (atrasos na realização ou frustração).

Tal como salienta João Correia relativamente às reformas da justiça, o dever de gestão processual vai ser o núcleo da reforma e nessa medida creio que no segmento das citações igualmente se deveria atribuir competências de gestão visando a concretização por parte do Juiz de instruções de serviço ou de um memorando relativamente à forma como a Secção vai citar ou deve proceder perante tentativas frustradas de citação.

Neste enquadramento parece-me muito pertinente a escolha de um funcionário que tenha mais conhecimentos nessa área das citações como sendo o interlocutor directo com o Magistrado, e haja instruções de serviço

¹⁷ No sentido de para se concretizar a citação se realizarem diligências não expressamente previstas na lei (nomeadamente pesquisas no Google ou outras bases de dados públicas existentes na internet, que permitiram localizar o estabelecimento de ensino de um réu e proceder á citação), vide Paulo Faria, in Colectânea de Decisões e práticas Judiciais ao abrigo do Regime Processual Civil Experimental, DGPI, Dezembro de 2009, pág. 170 a 171.

relativas à forma como se iria actuar perante uma dada frustração de citação.

Outra nota diz respeito a se pode reunir os tribunais de um distrito e debater a questão da citação (sem prejuízo de outro tema) e a implementação de novas práticas para agilizar este acto.

Nessa linha cumpre-me citar o Projecto da Qualidade do Tribunal Superior de Rovanie na Finlândia que teve o seu início em 1999 e reúne vários tribunais com doutrinadores, juízes e advogados e incidindo sobre o crime e o cível e tem como objectivo desenvolver práticas e procedimentos para harmonizar os tribunais e elaboram um relatório anual.

*

CAPITULO 4

INTERVENÇÃO JUDICIAL NO CONTROLO DO ACTO DE CITAÇÃO

1. A centralidade do artigo 566º do Código de Processo Civil.
2. «Activismo Judiciário» versus «Intervencionismo judiciário».

No contexto de se exigir que os tribunais apenas considerem as citações perfeitamente imaculadas no cumprimento das suas formalidades e na centralidade que o legislador atribui à citação e à exigência ao Juiz na sua verificação cumpre analisar os limites e alcance do artigo 566º do CPC e se os mesmos nos estarão a conduzir a um «activismo judiciário» nocivo e não adequado.

Para respondermos a esta questão, previamente deveremos fazer uma análise sobre os contornos desta figura.

O denominado activismo judicial é um fenómeno complexo não existindo actualmente, um consenso quanto ao seu significado e existem dificuldades em identificá-lo, dado que o mesmo apresenta-se de formas diversas nos vários países e ordenamentos¹⁸

Poderemos, todavia, referir que o chamado activismo judicial é a doutrina que defende uma actuação da magistratura distanciada da noção de neutralidade, mas comprometida com o valor intersubjectivo de maior importância em um Estado não mais democrático de direito apenas, mas, sobretudo constitucional, o dos direitos fundamentais indispensáveis a uma condição humana digna.

A judicialização não se confunde com activismo judicial, sendo que aquela nada mais expressa que o acesso ao judiciário, que é permitido a todos, contra qualquer tipo de lesão ou ameaça a um direito decorrendo do

¹⁸ A Suprema Corte alemã apresenta uma postura de não interferência na actuação do legislador o Tribunal Constitucional alemão preocupa-se em garantir, através do exercício de uma jurisdição constitucional activa, que a Constituição seja uma ordem de valores, sempre deliberada pelo Poder Legislativo.

A postura activista da Corte italiana foi determinada pela expansão jurisdicional, porém, o tribunal preocupou-se em evitar a contraposição à classe política, para isto consagrou as sentenças interpretativas e aditivas, bem como consagrou os efeitos de pronúncia das leis inconstitucionais, fazendo-se sentir mais no contexto do direito penal (vide Maria Rosaria Ferrarese, Penal Judiciary and politics in Italy, disponível na Internet).

Esta figura tanto existe nos sistemas de common law (a lei é um simples acto elaborado pelo Parlamento cuja tendência é se tornar Direito após passar pela análise do Poder Judiciário, o propósito é resolver o problema do processo com base de precedentes em casos concretos) como no de civil law -família romano-germânica –(a lei é construída visando-se chegar a soluções justas, o objectivo do Direito é regulamentar os aspectos da vida social); todavia é de maior visibilidade neste último.

Sobre o tema relativo à criação de normas pelos juízes, vide, nomeadamente: João Zenha Martins, "Interpretação conforme com a constituição", in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles, V.º Volume (Direito Público), Coimbra, 2003, pp. 827 e ss.9 e J.J. Gomes Canotilho, Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 2003, Coimbra; DWORKIN, Ronald. O império do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1999; DWORKIN, Ronald. Uma questão de princípio. São Paulo: Martins Fontes, 2001; HART, Hebert L. A. O Conceito de Direito. 3. Ed. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001; VALLE, Vanice Regina Lírio do, Ativismo Jurisdicional e o Supremo Tribunal Federal. São Paulo: Juruá, 2009 e LOPES, Bruno de Souza; KARLINSKI, Francisco José Gonçalves; CARDOSO, Tiago Cougo. Algumas considerações acerca do activismo judicial. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 83, dez 2010. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8831&revista_caderno=9.

modelo de Estado de Direito. Outra coisa bem distinta é o "activismo judicial" (que retrataria uma espécie de intromissão indevida do Judiciário na função legislativa, ou seja, ocorre activismo judicial quando o juiz "cria" uma norma nova, usurpando a tarefa do legislador, quando o juiz inventa uma norma não contemplada nem na lei, nem nos tratados, nem na Constituição ou direito comunitário).

Se procuráramos uma delimitação negativa podemos referir que a judicialização é a resolução de conflitos de ordem política, moral, científica e /ou social realizada pelo Poder Judiciário, em face dos Poderes Executivo e Legislativo, tendo em vista, geralmente, a omissão destes.

A judicialização constitui um facto inelutável, e não uma opção política, dado que os tribunais têm sempre que se pronunciar sobre a questão ao passo que o activismo judicial, é uma atitude ou faculdade dos juízes.

O termo “activismo judicial”, remonta à jurisprudência norte-americana e foi utilizado originalmente pelo jornalista americano Arthur Schlesinger, na revista americana Fortune, quando, no artigo intitulado “The Supreme Court: 1947”, usou a designação para se referir ao “momento pelo qual o juiz se considera no dever de interpretar a Constituição no sentido de garantir direitos”.

Há quem entenda que o activismo judicial ocorre quando o juiz inventa uma norma, quando cria um direito não contemplado de modo explícito em qualquer lugar, quando inova o ordenamento jurídico.

É preciso distinguir duas espécies de activismo judicial: há o *activismo judicial inovador* (criação, ex- novo, pelo juiz de uma norma, de um direito) e há o *activismo judicial revelador* (criação pelo juiz de uma norma, de uma regra ou de um direito, a partir dos valores e princípios constitucionais). Neste último caso o juiz chega a inovar o ordenamento jurídico, mas não no sentido de criar uma norma nova, no sentido de

complementar o entendimento de um princípio ou de um valor constitucional ou de uma regra lacunosa.

Tendo em conta o conceito de activismo referido por Luís Roberto Barroso (in: Judicialização, activismo judicial e legitimidade democrática. Revista do Direito do Estado, v. 4, n. 13, Jan. 2009, disponível na Internet), tal instituto é a escolha de um modo específico e proactivo de interpretar a Constituição, expandindo o seu alcance, e consiste numa participação maior e mais intensa do Poder Judiciário com a finalidade de almejar os propósitos constitucionais, dessa forma, ocorrendo uma interferência maior no âmbito dos outros dois Poderes (Executivo e Legislativo).

O activismo judicial ocorre quando a função jurisdicional excede seus limites, indo além daquilo que lhe foi estabelecido no próprio ordenamento, traduzindo-se no oposto da «auto-contenção judicial» (na qual os Juízes não interferem nos outros poderes e aguardam o previsto pelo legislador).

Ancorando-nos ao longo desta reflexão nos ensinamentos deste autor, poder-se-á referir que no activismo (por contraponto à judicialização) há uma maior e mais intensa participação do Poder Judiciário, na concretização de valores e fins constitucionais, existindo uma maior interferência no âmbito de actuação dos outros dois Poderes - o fenómeno do aumento da criatividade jurisprudencial - a decisão deve ser justa, à luz dos princípios constitucionais, mesmo que algumas vezes o magistrado decida “acima da disposição normativa”, por outras palavras, ocorre quando o juiz inventa uma norma, quando cria um direito não contemplado de modo explícito em qualquer lugar, quando inova o ordenamento jurídico.

O activismo é criticado por traduzir o risco de perder a sua legitimidade democrática (os membros do judiciário não são agentes públicos eleitos, contudo exercem poder político, inclusive o de invalidar

os actos dos outros dois Poderes); e de ingerência no poder legislativo por parte do juiz ao criar direito ao inovar violando o princípio da separação de poderes e igualmente por poder dar origem a riscos de politização da justiça: apesar de o Direito e a Política pertencerem a campos distintos, frisa-se que esta linha divisória nem sempre é nítida ou fixa.

Por sua vez, Luís Roberto Barroso defende a prática do activismo, em virtude de tal instituto aprimorar a democracia, principalmente no que se trata de direitos fundamentais, mas deve ser administrado com muita cautela, pois se existir em excesso, poderão gerar-se os problemas referidos.

Nesse sentido, citam-se os ensinamentos de Barroso:

“ O positivismo jurídico entende como Direito tudo o que é positivado pelo Estado, considerando-se que o ordenamento jurídico é completo e prevê todas as situações, ou pelo menos, eventuais lacunas serão preenchidas dentro do próprio sistema (analogia, princípios jurídicos, interpretação). O pós-positivismo considera que o estudo das normas jurídicas deve levar em consideração outros fenómenos sociais, os quais têm influência directa no modo como os operadores do direito entendem e trabalham com essas normas (ir além da legalidade estrita, mas não desprezando o direito posto); procurar empreender uma leitura moral do Direito, mas sem recorrer a categorias metafísicas. A interpretação e aplicação do ordenamento jurídico hão-de ser inspiradas por uma teoria de justiça, mas não podem comportar voluntarismos ou personalismos, sobretudo os judiciais

Com efeito, a Constituição passa a ser um documento normativo, centro do ordenamento jurídico e a sua supremacia não é mais apenas formal como também material e axiológica. Da mesma forma, os tribunais, através dos juízes, passam a desempenhar um papel protagonista, qual seja, são responsáveis por concretizar a Constituição e os direitos fundamentais

previstos em seu texto: *Lê-se o Direito a partir dos princípios e valores constitucionais.*

Ronald Dworkin, na obra *Uma questão de princípios*, 2001, p.32, refere: “[...] *Se os tribunais tomam a protecção de direitos individuais como sua responsabilidade especial, então as minorias ganharão em poder político, na medida em que o acesso aos tribunais é efectivamente possível e na medida em que as decisões dos tribunais sobre seus direitos são efectivamente fundamentadas. [...]*”

Este autor, ao contrário de Herbert Hart, afirma que os casos difíceis sempre encontrarão uma resposta nos princípios não sendo possível o uso de discricionariedade: «“*O direito como integridade pede que os juízes admitam, na medida do possível, que o direito é estruturado por um conjunto coerente de princípios sobre a justiça, a equidade e o devido processo legal adjectivo, e pede-lhes que os apliquem nos novos casos que se lhes apresentem, de tal modo que a situação de cada pessoa seja justa e equitativa segundo as mesmas normas. Ronald Dworkin é um dos autores que considera o activismo judicial um problema, pois: “[...] Um juiz ativista ignoraria o texto da Constituição, a história de sua promulgação, as decisões anteriores da Suprema Corte que buscaram interpretá-la e as duradouras tradições de nossa cultura política. O ativista ignoraria tudo isso para impor a outros poderes do Estado seu próprio ponto de vista sobre o que a justiça exige. O direito como integridade condena o activismo e qualquer prática de jurisdição constitucional que lhe esteja próxima.*”(sic). (DWORKIN, 1999, p. 451).

O uso desta figura sem quaisquer balizas poderá causar riscos, nomeadamente a questão do risco de o Poder Judiciário perder sua legitimidade democrática, que é indirecta (Sempre que o Poder Judiciário inova o ordenamento jurídico, criando regras antes desconhecidas, invade a

tarefa do legislador, ou seja, intromete-se indevidamente na função legislativa).

Há muito que se deixou de considerar que os juízes são a mera boca que pronuncia a lei (Montesquieu), todavia dever-se-á considerar que não se deve defender um *Activismo político* ao jeito de Herbert Hart.

De resto, a interpretação conforme com a Constituição pode ser apenas um pretexto para, sob a sua capa, o juiz constitucional criar direito, criar novas normas sem qualquer arrimo no enunciado linguístico do preceito interpretado, mas não se poderá aceitar acriticamente esta tendência sem estabelecer alguns limites claros, sendo porventura ilusório assentar todas as esperanças de uma intervenção juridicamente correcta dos tribunais na ideia de auto contenção judicial (vide, III Encontro de Professores de Direito Público faculdade de Direito da Universidade do Porto 29 e 30 de Janeiro de 2010 (sob o tema: «Princípio da Interpretação Conforme com a constituição e activismo judicial: associação lógica ou activismo interpretativo?)).

Em conclusão, poderemos dizer que a sociedade actual exige que os tribunais pratiquem uma jurisprudência que consiga adaptar-se a novos critérios de aplicação do direito mas não poderá violar os limites da Metodologia do direito nem os princípios do estado de direito nem a Constituição (neste sentido, vide Luís Roberto Barroso, obra citada, pág.19, onde se refere que o judiciário é o guardião da Constituição, mas deve acatar as escolhas feitas pelo legislador. «...*O ativismo, tem sido parte da solução, e não do problema. Mas ele é um antibiótico poderoso, cujo uso deve ser eventual e controlado. Em dose excessiva, há o risco de se morrer da cura*».sic).

Evoco aqui, os ensinamentos versados na obra de Karl Larenz (in Metodologia da Ciência do Direito, fundação Calouste Gulbenkian,1983) que tal como o autor salienta, versa sobretudo sobre o direito civil (e nessa

medida assume extrema importância no contexto desta reflexão), que refere que enquanto na «jurisprudência dos conceitos» o juiz limita-se a realizar a subsunção lógica da matéria de facto aos conceitos jurídicos (primado da lógica e o ordenamento como um sistema fechado), na «jurisprudência dos interesses tende-se à pesquisa vital e à interpretação dos interesses que foram causais das leis.

Ao lado do racionalismo, no início do século XX surge a corrente inversa do «movimento do direito livre» que defende que cada decisão judicial não é apenas a aplicação de uma norma já pronta, mas também uma actividade criadora de direito. Salienta o referido autor (obra citada, prefácio): «...a apreciação judicial do caso tem hoje ente nós um estatuto diferente do que teve outrora. Ela aparece-nos com efeito, na actualidade, já não como mera «subsunção», mas como um processo intelectual multimodo, cujo resultado se repercute no conteúdo da própria decisão.». Do direito, que tem uma relação estreita com a existência social do homem, ocupam-se várias disciplinas: filosofia do direito, teoria do direito, sociologia do direito e história e a jurisprudência, sendo que todas elas completam o direito de uma forma distinta, dado que o direito é um fenómeno complexo. Mas conforme salienta o referido autor (obra citada, pág. 596), temos de concretizar os princípios jurídicos, dado que a jurisprudência é um pensamento orientado a valores mas também um pensamento sistemático.

*

Entrando agora no «palco dos tribunais civis», - e na senda de Josef Esses (in *Principio e Norma no desenvolvimento jurisprudencial do direito privado*, 1956) que se distancia do positivismo legalista e defende que a actividade criadora da jurisprudência conforma o direito «*Law in action*», - chegamos ao momento de demonstrar que a prática judiciária (onde

recolhemos a experiência no exercício das funções de magistrada nos Juízos de Execução e cíveis), caminha em direcção à concretização de uma maior protecção do princípio do contraditório, ao se exigir essa verificação das formalidades e se determinar a repetição do acto de citação quando o mesmo não nos surja «imaculado» ou «puro».

Sintetizando numa frase, o que considero ser o «Activismo Judiciário legítimo»: entendo que se deve reservar a expressão «Activismo» no contexto em que o juiz dá o seu contributo para uma melhor organização judiciária ou quando participa nas reformas legislativas ou realiza reflexões sobre essas possíveis reformas; e inversamente deve-se reservar a expressão «Intervencionismo judiciário» quando no contexto dos princípios constitucionais o magistrado procura a melhor solução para um dado caso, sempre com integral e intransigente respeito pela lei vigente e a Metodologia da Ciência do Direito.

Entendo que no actual contexto económico é mister que os tribunais se tenham de aproximar mais dos problemas de cunho social, e nessa medida se impõe que o judiciário assuma uma posição mais activista, visando a tutela dos valores constitucionais: dignidade da pessoa humana, liberdade e igualdade (sendo plenamente justificado um certo ou «intervencionismo» judicial, mas não o «activismo tout court», quando o seu propósito é combater a violação a tais princípios).

Portanto o denominado «activismo judiciário» só será aceitável quando tenha as suas raízes na Constituição e quando não fira o estado de direito democrático, mas inversamente o reforça na medida em que reforça a observância dos valores constitucionais e a protecção dos direitos fundamentais.

Pergunta-se, agora, se não é chegado o momento para uma nova forma de “activismo judicial”, de tipo mais claramente constitucional.¹⁹

No fundo a «busca do activismo legítimo» leva-nos a defender que o juiz não pode ser um juiz passivo, nem um juiz tão activista que não obedeça às regras do ordenamento jurídico (dentre os quais se encontram os princípios e valores constitucionais).

Conclui-se que não se deve defender o modelo de «juiz automático» ou «boca que pronuncia as palavras da lei» ou «juiz declarativo», mas sim o juiz independente como guardião dos direitos, que realiza objectivos moralmente justos, «Juiz executor» ou que pratica «jurisprudência activa», mas sempre balizado pelo quadro normativo criado pelo poder legislativo, excluindo-se o denominado «activismo puro».

O chamado «activismo judicial», tem limites de natureza jurídico-constitucional, que determinam que mesmo quando os juízes se podem assumir como «legisladores negativos», ao declarar a inconstitucionalidade de normas», os juízes estão vinculados à constituição e à lei e aos seus princípios.

Afigura-se-me mais apaziguador e correcto a utilização do termo «Intervencionismo Judiciário» ou «Cidadania Judiciária» (em vez de «activismo» tout court) no contexto da elaboração da decisão jurídica, devendo a actividade do Juiz estar totalmente balizada pela Constituição e Lei mediante o uso e respeito dos princípios da metodologia da Ciência

¹⁹ Neste contexto deveremos mencionar as conclusões do 9.º congresso dos Juizes Portugueses, realizado em Ponta Delgada (Outubro de 2011), que escolheu como tema «A Mobilização do Direito no Tempo das Crises», que no segmento em que me encontro, são: «1 – Num Estado de Direito Democrático o princípio da submissão de todos os poderes ao Direito, referenciado pela Constituição, não pode ser postergado. “Esta proclamação de um maior activismo dos juizes na promoção dos direitos fundamentais e dos valores da justiça e do direito tem de se tornar uma prática consistente e visível, todos os dias, em cada tribunal, em cada processo, emergência social como a que se vive actualmente, os juizes têm de enveredar por uma postura de “activismo judicial”, dispostos a libertarem-se dos artigos dos códigos para poderem defender os princípios do direito e da justiça “É a Constituição que diz ao juiz para não aplicar leis contrárias aos seus princípios.”

do Direito de forma a obter uma decisão cada vez mais justa para a sociedade – desta forma o Estado de Direito não é colocado em causa.

Noutro plano, considero que o papel dos Juízes já poderá ser mais activo no contexto da administração dos tribunais (contribuindo numa perspectiva multidisciplinar para a implementação de boas práticas de gestão dos tribunais e da implementação da qualidade) e no auxílio à participação da elaboração dos diplomas legais – aqui poder-se-ia aplicar a expressão «Activismo».

Defendo, nesta conformidade que o termo «Activismo Judiciário» deveria ser aplicado mais no contexto da participação Judicial no seio da sociedade na reflexão em busca de alterações legislativas ou realização de estudos ou cursos de formação que visam um desenvolvimento do sistema judicial e por inerência de toda a sociedade, mas não como caminho no contexto da prática judiciária.

Sintetizando o meu pensamento, considero que no que toca ao exercício das funções jurisdicionais teremos de ter muitas cautelas quanto ao uso do termo «activismo judiciário», dado que tem contornos vagos e poderá ser interpretado de uma forma «nociva», e nessa medida sugiro apenas a utilização do termo «Intervencionismo judiciário» ou «Jurisprudência Activa» ou «Cidadania Judiciária» uma vez que o exercício da função jurisdicional exige «serenidade».

Numa palavra, o princípio do dever de gestão processual e o previsto no normativo do artigo 566 do CPC, sem a necessidade de se cair no chamado «activismo», permite a obtenção de soluções cada vez mais pragmáticas no contexto da citação.

Reservaria a expressão «Activismo» apenas quando o Juiz através da sua análise e experiência contribui mediante sugestões ou escritos para a melhoria dos projectos legislativos ou a implementação de soluções inovadoras (nessa medida trabalharia a «duas mãos» com o poder

legislativo e com outros ramos do saber visando a melhoria de toda a produção legislativa) – neste contexto o Juiz poderia ser mais criativo ou inovador (dado que não está no exercício de funções jurisdicionais).

Portanto o activismo judiciário tout court só será aceitável quando tenha as suas raízes na Constituição, e quando não fira o estado de direito democrático, mas inversamente o reforça na medida em que reforça a observância dos valores constitucionais e a protecção dos direitos fundamentais (vide, Cristina Queiroz, *Interpretação Constitucional e Poder Judicial*; que considera que só um poder judicial activo e não reactivo confere visibilidade á Constituição e garante os valores constitucionais e estabilidade).

Consideramos que esse «intervencionismo» deve estar o mais perto da teoria de Dworkin possível; sendo que o juiz não pode ser um juiz passivo, nem um juiz tão activista que não obedeça às regras do ordenamento jurídico (dentre os quais se encontram os princípios e valores constitucionais), dado que não compete aos juízes a realização de reformas políticas e sociais.

Ou seja, o Poder Judiciário deve zelar pela democracia e pela garantia dos direitos e garantias fundamentais, entretanto não pode e não deve ingressar nas funções típicas de outros poderes, sob pena de agressão ao princípio da separação dos poderes e, por conseguinte, da própria democracia, e nessa medida estará encontrado o «Activismo Legítimo».

Numa breve «localização histórica» poderemos concluir que perante a situação de emergência do país no seio da comunidade internacional, se solicita um maior protagonismo dos tribunais como garantes da defesa dos direitos dos cidadãos, que tem as suas raízes no «falhanço dos regimes democráticos na sua forma de Estado-Providência» dado que há a constatação da falta de transparência do funcionamento dos sistemas

democráticos e da perda de eficiência do estado na protecção social (vide, Boaventura de Sousa Santos, 2011, Portugal: Ensaio contra a autoflagelação. Coimbra: Almedina e Sociedade e Estado em Construção: Desafios do Direito e da Democracia em Angola", Boaventura de Sousa Santos (coord.), 2012, Coimbra: Coimbra Editora.).

Conforme salienta Elísio Estanque (in: O Estado Social em Causa), o ataque que actualmente tem vindo a ser feito ao Estado Social europeu constitui um factor decisivo para instabilidade e conflituosidade e as novas tendências do capitalismo global e neoliberalismo colocam desafios e obstáculos à acção colectiva, e estimulam novas redes de activismo (nomeadamente no «ciberespaço»). De resto, sabendo-se da extrema importância que o Estado Social tem no imaginário dos cidadãos e do aumento das desigualdades e do princípio liberal, tal poderá colocar em causa a solidez do próprio estado social e neste contexto, entendo não ser surpreendente, que os cidadãos olhem para os tribunais como uma instituição capaz de impedir ou reduzir as consequências da crise actual – numa palavra, poderão exigir um maior «Activismo», a questão é determinar a natureza e os seus limites face as especificidades da actividade judiciária.

E neste contexto, louvando-me na leitura do artigo do Conselheiro Gonçalo Xavier Silvano²⁰, concluímos que o actual dinamismo das sociedades, agravado pelo cenário da crise económica, ao actual sistema de justiça exigem-se respostas em várias áreas (políticas, económicas, sociais e culturais) que exigem uma regulamentação jurídica complexa e flexível e que tanto se perspectiva a justiça como estando em crise como se a visualiza como o único reduto de protecção dos direitos dos cidadãos.

²⁰ «Os Tribunais e as Urgências das respostas da justiça ao cidadão, in Revista Jurídica da Universidade Portucalense, Nº 14, Porto 2011, pág. 81 a 91).

Cada vez mais surgem ecos, face à conjuntura social e ao contexto da «sociedade de austeridade ou de emergência», que pugnam por uma maior participação dos tribunais na recusa em aplicar leis contrárias aos princípios constitucionais, sempre que estejam em causa os valores da justiça e do direito. O estado das sociedades actuais conduz a que se questione o papel dos tribunais na sociedade e onde se confiou aos juízes maior intervenção e protagonismo público: a chamada judicialização.

Este conjunto de motivos conferiu ao juiz contemporâneo um peso incomparável que alguns trataram logo de converter num activismo abstracto. Somando a isto a crise que atingiu a democrática, criou-se a ideia de que o juiz pode e deve prestar aos cidadãos aquilo em que o sistema económico falhou: não apenas uma ânsia incomensurável de justiça mas a «salvação» e a regeneração da própria democracia.

A expressão consagrada — “L’Europe des Juges” — (extraída do título de um livro publicado, nos anos 1960, Robert Lecourt, que foi Presidente do Tribunal de Justiça das Comunidades e também do Conselho Constitucional Francês) caracteriza de forma eloquente o papel motor do Tribunal de Justiça na construção da Comunidade neste contexto actual.

De resto, tal «solicitação» social, (que parte da própria sociedade em direcção ao meio judiciário) torna muito mais próximos os tribunais de toda a comunidade, – conforme sempre deveriam estar –, dando-lhe uma maior exposição e visibilidade em todos os meios de comunicação, já que se tornam depositários de vitais expectativas de todo o tecido social.

Conforme salienta Gomes Canotilho (in «Um Olhar Jurídico-Constitucional sobre a judicialização a Política e a Politização da Justiça, Lisboa 26-4-2007), os tribunais e as magistraturas vão dando sinais de que não abdicam da sua função de garantes dos direitos e liberdades, - «O poder judiciário faz política quando se proclama como o poder de defesa dos direitos dos cidadãos contra as orientações das instituições politico-

representativas e quando assume o poder de revelação dos valores fundamentais da comunidade» (sic). Numa época em que segundo o referido autor, se poderá considerar como o «crepúsculo do constitucionalismo», deverão os juízes trabalhar em sede de interdisciplinaridade e interjuridicidade e internormatividade, visando a implementação de um «patriotismo constitucional» e manutenção do estado de Direito.

Desta análise resulta que consideramos que o legislador ao estabelecer o regime do artigo 566º do CPC (que manteve o teor do anterior artigo 483º do CPC) está a exigir por parte dos Magistrados um controle extremamente rigoroso e objectivo quanto ao cumprimento das formalidades da citação e exige dos tribunais um papel fiscalizador e intervencionista ao se tentar localizar a morada do réu em tempo útil.

Mas este papel não se traduz em qualquer «activismo» (que repudiamos) ao se realizarem diligências expeditas para se localizar a morada da parte contrária, e ao se zelar pelo cumprimento das formalidades da citação, trata-se apenas de dar cumprimento ao previsto no artigo 566 do CPC e ao princípio do dever de gestão processual visando a celeridade e segurança na tramitação processual.

No fundo atribui-se com este normativo (artigo 566 do CPC), ao Juiz, o papel de «guardião da segurança quanto ao cumprimento do princípio do contraditório» com a responsabilidade de analisar todo o processo relativo à citação – *o «guardião da citação»*.

Consideramos ser o artigo principal relativo à citação e ao efectivo cumprimento do princípio do contraditório, ao zelar pela maior segurança para o Réu de que «será efectivamente ouvido» com a inerente responsabilidade judicial quanto à fiscalização da citação visando sempre o respeito pelo princípio constitucional da garantia de defesa do réu.

BIBLIOGRAFIA

CANOTILHO J.J.Gomes, VITAL Moreira, *Constituição da República Portuguesa* Anotada, 3ª ed. 1993, Coimbra Editora.

CARDOSO, Eurico Lopes, *Manual da Acção Executiva*, Almedina 1996.

COELHO, Ana Azeredo, *Uma Experiência Gestão Processual Grande Lisboa Noroeste*, Juízo de Execução Espinho 23/9/2011, palestra proferida na 2.ª Conferência Internacional da CPEE “ Promover a eficácia das execuções e Workshop “ Boas Práticas na actividade dos Agentes de Execução, painel 3 – A relevância de uma gestão eficaz dos meios em sede de acção executiva.

COELHO, Nuno, *A Organização do Sistema Judiciário e a Administração Judiciária: Os tópicos actuais do debate da Reforma da Justiça*, in *Novas Exigências do Processo Civil- Organização e Eficácia*, Associação Jurídica do Porto, Coimbra Editora, 2007, pág. 19 a 73.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA -VIII Encontro Anual subordinado ao tema "A Administração dos Tribunais - Rumos de uma Reforma Inevitável".», Dias 13 e 14 de Abril de 2012, Espinho

COSTA, Salvador da, *A Injunção e as Conexas Acção e Execução*, Coimbra 2001.

CAUPERS, João, A Crise da Justiça, in Caminhos da Memória Justiça em Crise? Crises da Justiça, Dom Quixote.

Estudo da ASJP: Contributos para a adequação da reforma, Relatório Preliminar Sobre a avaliação dos Bloqueios verificados NA “REFORMA DA ACÇÃO EXECUTIVA” e Propostas de Adequação para a eficiência do sistema, Julho de 2006, disponível em <http://www.asjp.pt/wp-content/uploads/2011/05/Estudo-acção-executiva.pdf>

FARIA, Paulo Ramos de, LOUREIRO, Ana Luísa, Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil, Volume I, 2013 Almedina, ISBN 978-972-40-5351-6

FARIA, Paulo Ramos de, LOUREIRO, Ana Luísa, Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil, Volume II, 2014 Almedina, ISBN 978-972-40-5644-9

FERREIRA, Fernando Amâncio, Curso de Processo de Execução, 11ª ed., Coimbra 2009.

FIALHO, António José – Citações e Notificações em Processo Civil, Comissão para a Eficácia das Execuções, Barreiro 2011.

FIALHO, António José, Da Teoria à Prática- Algumas Dificuldades na Aplicação do Novo Regime da Acção Executiva, Sub Judice, Asjp, nº29, Outubro-Dezembro 2004, pág. 69 a 79.

FREITAS, Lebre de; MENDES, Armindo Ribeiro, *Código de processo civil anotado*. Volume 3º, artigos 676 a 800, tomo I. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora (2001).

FREITAS, José Lebre de,

- Introdução ao Processo Civil, Conceito e princípios gerais á luz do novo código, 3ª ed., Coimbra Editora, Outubro 2013, ISBN 978-972-32-2201.2

- Acção Declarativa Comum à Luz do Código de Processo Civil de 2013, 3ª ed. Coimbra Editora, Setembro 2013, ISBN 978-972-32-2195.4.

-A Acção Executiva Depois da Reforma da Reforma, 5ª ed; Coimbra Editora, 2009

-Estudos sobre Direito Civil e Processual Civil, Coimbra Editora, 2002.

GAROUPA, Nuno, O Governo da Justiça, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Setembro 2011.

GERALDES, António Santos Abrantes, Temas da Reforma do Processo Civil, I, II, III, IV Volume, Almedina.

GERALDES, António Santos Abrantes, Temas Judiciários, I Volume, Citações e Notificações, Almedina, 1998.

GERALDES, António Santos Abrantes - *Temas da Reforma do Processo Civil*. II volume. Coimbra: Almedina, 1997. ISSN 972-40-1019-8.

- Reforma dos Recursos em Processo Civil. *Julgar*. N.º 4 (Janeiro – Abril, 2008), p. 59 a 83. ISSN 1646-6853.

-Recursos em Processo Civil – Novo Regime. 2ª Ed., revista e actualizada. Coimbra: Almedina, 2008. ISBN 978-

GONÇALVES, Marco Carvalho, FERNANDEZ, Maria Elizabeth Moreira – Legislação Processual Civil, Volume I, 2009, Coimbra Editora.

GOUVEIA França Mariana, GAROUPA Nuno, MAGALHÃES Pedro, CARVALHO Jorge Morais, Justiça Económica em Portugal, Síntese e Propostas, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Associação Comercial de Lisboa, coordenadores científicos: Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães, Jorge Morais Carvalho, Dezembro 2012.

JAUERNIG Othmar, Direito Processual Civil, Almedina, Fevereiro 2002, Isbn 34064307 1.

JORGE, Nuno de Lemos, A Reforma da Acção Executiva de 2012, Revista Sub Iudice, Asjp, nº17, Maio/Agosto 2012, pág75 108.

LIMA, Fernando Andrade Pires/VARELA, João de Matos Antunes, Código Civil Anotado, 4ª edição, Coimbra Editora 1987

LOPES-Cardoso Eurico, Manual da Acção Executiva, 3ª Ed.Coimbra, 1992.

LOPES, José Mouraz - “Justiça, Um Olhar (Des) Comprometido”, Almedina, Coimbra, 2005

LOURENÇO, Paula Meia, Regime Processual Civil Experimental e Gestão Processual, DGPJ.

MACHADO, António Montalvão, Paulo Pimenta, O Novo Processo Civil, 11ª edição, Almedina 2009.

MARTINS, António, Código de Processo Civil, Comentários e Anotações Práticas, 2013, Almedina, ISBN 978-972-40-5250-2.

MARTINS, Alberto, O Espírito das Leis, Direito à Cidadania, Publicações Dom Quixote.

MENDES, Armindo Ribeiro, Forças e Fraquezas do Modelo Português de Acção Executiva no Liminar do Século XXI – Que Modelo para o Futuro? Comunicação no STJ 27-5-2010.

MINTZBERG, Henry, Estrutura e Dinâmica das Organizações, Publicações Dom Quixote,

MONTALVÃO António Machado, PIMENTA Paulo, O Novo Processo Civil, 11ª edição.

NETO, Abílio, Código de Processo Civil Anotado, 21ª Ed., Ediforum, Lisboa, 2009.

- Novo Código de Processo Civil Lei nº 41/2013, Anotado, Junho 2013, Ediforum, ISBN 978-989-8438-08-9.

- Novo Código de Processo Civil Anotado, Janeiro 2014, 2ª ed., Ediforum, ISBN 978-989-8438-10-2.

OLIVEIRA, Fernando Baptista de (coord. Alexandre Norinho de Oliveira), Contratos Privados, Das Noções á Prática Judicial, Vol. II, Coimbra Editora, Abril 2014, ISBN 978-972-32-2176-3

PEDROSO, João, Cristina Cruz, Catarina Trincão, Francisco Silva, Paula Martinho, Pedro Abreu: A Acção Executiva: Caracterização, Bloqueios e Propostas de Reforma, Observatório Permanente da Justiça, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Março 2001.

PEREIRA, Joel Timóteo Ramos, Prontuário de Formulários e Trâmites, Volume IV, Processo Executivo, Quid Juris, 3ª ed., 2006

PIMENTA Paulo-Reflexões sobre a Nova Acção Executiva, Sub Judice nº29, Outubro/Dezembro 2004, pág.168 a 182.

-Tópicos Para a Reforma do Processo Civil Português, Sub Judice, Asjp, nº17, Maio/Agosto 2012, pág. 109 a 134.

-Apreciação do Projecto de diploma do Governo Denominado «Regime Processual Especial Experimental», e Breves Considerações Acerca do Anunciado «Regime Processual Especial Experimental», in [/Conteudos/Artigos/detalhe](#)

PORTO; Associação Jurídica – Novas Exigências do Processo Civil – Organização, Celeridade, Eficácia, Coimbra Editora, Abril 2007.

RICARDO, Luís Manuel Carvalho, o Regime Processual Civil Experimental em Acção, in Regime Processual Civil Experimental, DGPI.

ROCHA, J.A.Oliveira, Organização e Gestão dos Tribunais, Conferência no Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, Julho 2000.

REVISTA JULGAR, Associação de Juízes Portugueses, Coimbra Editora: Nº16, Abril 2012.

REVISTA do Ministério Público, Cadernos 11/2012 – A Reforma do Processo Civil 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa e Conceição Gomes, in Geografia e Democracia para uma Nova Justiça, Revista Julgar, 2007, pág. 117 a 127).
- (1996), Os Tribunais nas sociedades contemporâneas: O caso português. Porto: Edições Afrontamento.
-(2012), “Os Tribunais, O Estado e a Democracia” in Sociedade e Estado em Construção: Desafios do Direito e da Democracia em Angola. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 85-149.

SANTOS, Boaventura de Sousa, Conceição Gomes, Paula Fernando, Fátima Sousa, Catarina Trincão, Diana Fernandes, Jorge Almeida, Consultor José Mouraz Lopes, - A Acção Executiva em Avaliação Uma Proposta de Reforma, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Abril 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa, Conceição Gomes, «Como Gerir Tribunais? Análise comparada de modelos de Organização e Gestão da Justiça, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2006 (http://opj.ces.uc.pt/pdf/Como_gerir_os_tribunais.Pdf).

SANTOS, Boaventura de Sousa, Conceição Gomes, «A Gestão nos Tribunais Um Olhar sobre a experiência das comarcas piloto», Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2010([http://opj.ces.uc.pt/pdf/Relatorio A gestão dos tribunais 01 04 2010.pdf](http://opj.ces.uc.pt/pdf/Relatorio_A_gest%C3%A3o_dos_tribunais_01_04_2010.pdf)).

SILVA, Paula Costa e, A Reforma da Acção Executiva, Coimbra Editora, 2003, 13 a 15.

SOLICITADORES, Câmara, Questões sobre Citações e Notificações, 2012, Coord.Rui Pinto.

SOUSA António Pais de, Ferreira, J.O. Cardona – Processo Civil, Editora Rei dos Livros, ISBN: 972-51-0673 – 3.

SOUSA, Miguel Teixeira de, Estudos Sobre o Novo Processo Civil, Lex, Lisboa, 2006.

Um Novo Processo Civil Português: À la Recherche du temps perdu? Novos Rumos da Justiça Cível, Conferencia Internacional, Centro de Estudos Judiciários, 9-4-2008, pág.7 a 28

TEIXEIRA, Paulo Duarte, O Dever de Gestão no Processo Experimental, in Regime Processual Civil Experimental, DGPI, Março de 2008.

TORRES, Pedro Pinheiro, Col. Luísa Pinheiro Torres e Nuno Alonso Paixão, Guia para o Novo Código de Processo Civil, Do velho ao novo Código, Almedina Julho 2013, ISBN 978-972-40-5277-9.

TOSCANO, Márcia Pessoa, Principio da Instrumentalidade Substantial das Formas e o Ativismo Judicial, Revista Electrónica Díke, Vol. 1, nº1)Jan/Julho 2011)

VARELA, Antunes Bezerra, Nora Sampaio, Manual de Processo Civil, Coimbra Editora, 1985.

VASCONCELOS, Pedro Bacelar, A Crise da Justiça em Portugal, Cadernos Democráticos, 3/6/1998, Gradiva.

